

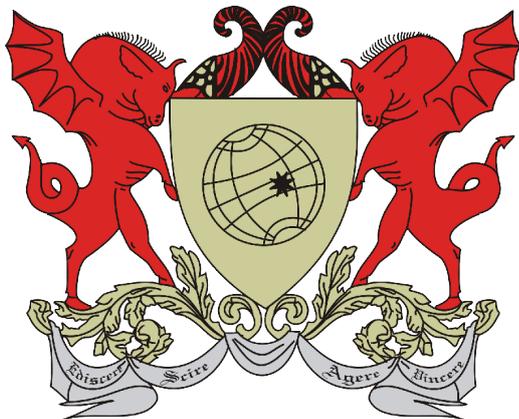
# HISTÓRIA DA AMÉRICA III

Priscila Dorella



Curso de Licenciatura  
**em História**





## **Universidade Federal de Viçosa**

### **Reitora**

Nilda de Fátima Ferreira Soares

### **Vice-Reitor**

Demetrius David da Silva



cead

Coordenadoria de  
Educação Aberta e a Distância

**Diretor**

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n  
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG  
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

**Layout: Diogo Rodrigues**

**Editoração Eletrônica: Thalita Fernandes**

**Capa: Diogo Rodrigues**

**Coordenador editorial: João Batista Mota**

Caros (as) alunos (as),

Vamos iniciar o curso de **História da América III** (HIS 440D), que trata de importantes temas contemporâneos da América Latina e dos Estados Unidos, tendo como ponto de referência, além da apostila, a bibliografia indicada, os vídeos e as aulas narradas.

No caso desta apostila, ela foi produzida apenas com o intuito de contribuir para o melhor entendimento da bibliografia obrigatória do curso. Para tanto, são apontadas algumas das ideias centrais dos textos, indicadas novas referências bibliográficas e apresentados exemplos sobre a forma como alguns livros didáticos trabalham a História Contemporânea da América no Brasil.

Vale dizer que é comum observar nos livros didáticos, até mesmo por conta do público-alvo (ensinos médio e fundamental) e do tempo de trabalho restrito, uma narrativa sintética, superficial e incompleta sobre a História da América. Cabe ao professor, portanto, não apenas chamar a atenção do aluno para tal fato, mas também acrescentar informações valiosas que o façam refletir sobre o tema. Por isso, considero fundamental que vocês adquiram, como futuros professores, um repertório capaz de construir em sala de aula um conhecimento crítico, para além de uma literatura didática.

Com efeito, a apostila é somente um suporte que não substitui de nenhuma maneira a leitura, a análise e a discussão sobre os textos apontados no programa.

Desejo a todos vocês o melhor aproveitamento do curso de História da América III!



# SUMÁRIO

- 6 O ESTUDO DAS VANGUARDAS LATINO-AMERICANAS**
- 10 POPULISMO LATINO-AMERICANO**
- 15 Os EUA APÓS A QUEDA DA BOLSA DE NOVA IORQUE**
- 19 A REVOLUÇÃO CUBANA**
- 23 DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA**
- 28 A RETÓRICA TESTEMUNHAL SOBRE AS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA**
- 32 A NOVA ERA DA POLÍTICA MUNDIAL**
- 35 DINÂMICAS DO MUNDO GLOBALIZADO**
- 39 Os MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A NOVA ORDEM GLOBAL**
- 42 A GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

## O estudo das vanguardas latino-americanas

### Texto base:

GELADO, Viviana. A valorização do popular no período das vanguardas históricas na América Latina. In: *Poéticas da Transgressão: Vanguarda e Cultura Popular nos anos 20 na América Latina*, São Paulo: Fapesp, 2006, p.63-85.

### 1. Ideias gerais do texto

O objetivo proposto é uma reflexão sobre os movimentos de vanguarda na América Latina e sua importância na valorização da cultura popular. Sabemos que as elites latino-americanas, no que toca as questões sociais, políticas e, inclusive, artísticas durante o século XIX, não permitiram uma igualdade de condições entre brancos, negros, indígenas e mestiços. O resultado foi, entre outros, a não inserção de muitos na vida política e social desses emergentes estados nacionais latino-americanos que se constituíam, justificada em razão de um ideal de “civilização europeia” e “modernização econômica”.



Vale dizer que as vanguardas do início do século XX foram um movimento artístico existente tanto na Europa quanto na América e que tinham em comum justamente a capacidade de questionar o processo civilizador do mundo moderno burguês - bastante negligente, até então -, em relação às demandas sociais e as especificidades regionais.

Assim, repensar o valor cultural do negro, do indígena e do mestiço se tornou um dos objetos centrais desse movimento artístico nas Américas. O texto da crítica literária Viviane Gelado, intitulado *A valorização do popular no período das vanguardas históricas na América Latina*, publicado em 2006, nos orienta nessa direção ao apresentar algumas perspectivas gerais formuladas no período de surgimento e auge das vanguardas na América Latina, por meio da problematização de um aspecto já mencionado, o da valorização do popular.

É possível perceber, segundo a autora, em diversos manifestos, programas, pinturas, músicas, contos e outras obras produzidas pelo movimento das vanguardas na América Latina, uma operação deliberada de valorização do popular. Isso se dá no sentido de incorporar “o popular” no sistema social, bem como de promover a ruptura entre a dicotomia “alta cultura” e “cultura popular”, criada nas sociedades da época de inúmeros preconceitos e conflitos. Logo, não é apenas na esfera cultural que as vanguardas atuaram, mas também nas esferas política e social.



A tentativa das vanguardas de romperem com a noção de que quem produz a verdadeira cultura é a elite cristã de origem europeia levou também ao questionamento sobre o ideal de civilização do século XIX, a qual reservava o direito único de desfrutar das conquistas do mundo moderno.



Com efeito, esse movimento produziu uma visão mais complexa da sociedade e uma interpretação capaz de explicar e autorizar a interação entre os diversos grupos sociais. Como coloca o crítico literário inglês Raymond Williams, “é contra a concepção utilitarista e iluminista da cultura como “modo de vida superior”, que a vanguarda insurge” (GELADO, 2006, p.64)

Esta reação artística das vanguardas - diga-se de passagem, bastante virulenta ao modo de vida burguês, do qual muitos desses artistas faziam parte -, salienta que a burguesia, ao sobrevalorizar a técnica, a razão e a burocracia, nada mais desejava que por em evidência uma estratégia política de poder que dava a ela soberania sobre a sociedade. No entanto, as vanguardas não impediram que o Estado burguês se apropriasse da cultura pensada como “cultura de elite” e “cultura popular” para legitimar suas práticas políticas.

Por muito tempo, o Estado burguês seguiu entendendo cultura como expressão escrita, ocidental e urbana, enquanto que os setores sociais subalternos a compreendiam como um todo do qual participavam diversas práticas orais (religiosas, estéticas, políticas), plasmadas em diversos códigos (pictórico, gestual, musical). Isto não invalida o fato de que os movimentos de vanguarda no início do século XX contribuíram, em boa medida, para a transformação da compreensão das elites sobre a cultura ao dar destaque à “questão popular”.

Na América Latina, os modelos europeus de civilização foram sendo implementados ao longo do século XIX, principalmente pelas elites liberais, sem nenhuma preocupação clara com a especificidade local, criando ideias determinadas sobre a nação e a raça, que ampliaram as desigualdades sociais e a vivência do preconceito cultural.



**Um dos mais importantes movimentos de vanguarda no México, denominado *Muralismo*, após a Revolução Mexicana (1910-1917), representou não a ruptura com os padrões de arte considerados civilizados, advindos do mundo europeu, mas sim a sua incorporação a motivos populares e indígenas.**

Nesse caso, a arte de vanguarda não foi concebida como arte desinteressada, alheia à política e desvinculada dos padrões europeus. Ela significou uma forma de entender que a expressão cultural representa um modo plural de conceber o mundo e a vida, em contraste com o discurso oficial (GELADO, 2006)

Houve diversos movimentos como esse por toda a América Latina. Heitor Villa-Lobos (1887- 1959) no Brasil propôs recuperar a musicalidade regional da nação. Assim, com sua formação erudita, ele quis mostrar que a verdadeira musicalidade do Brasil se encontrava nas suas raízes populares - basta escutar o célebre *Trenzinho Caipira*. O argentino futurista Xul Solar (1883-1963), com *Cuatro Cholas* (1923) e a paulista Tarsila do Amaral, com *Os Caipiras* (1923-27), procuraram em suas pinturas, feitas nos moldes eruditos, retratarem o interior, o camponês, o povo. Outros ainda se preocupavam com temas mais voltados ao ambiente urbano, como os rio-platenses Pedro Figari (1861-1938) e Pettoruti (1892-1971).

No entanto, entre as vanguardas, não é difícil imaginar eixos de tensão sobre o tratamento dado ao popular. GELADO (2006) se questiona sobre quais seriam as formas que revestiram programaticamente a valorização do popular entre os diversos grupos de vanguarda na América Latina. Isso porque, já no século XIX, o popular foi um tema tratado de maneira idealizada pelo romantismo (veja as expressões do indianismo. Ex: *Moema* de Victor Meireles, 1866) e crítica pelo realismo (veja a crítica social de Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1880). Quando emerge nas vanguardas, nos inícios do século XX, isto aparece com riqueza e complexidade. Afinal, tratar de maneira inclusiva de indí-



genas, camponeses, operários urbanos e cultura de massa, implica em tratar da forma como os subalternos poderiam ou deveriam se inserir na modernidade.

É preciso lembrar que o mundo moderno, naquele momento, vivenciava uma constante transformação tecnológica e social e produzia novos modos de recepção de bens simbólicos. Isso contribuiu para modificar a forma de ver a cultura popular, levando-a rapidamente de uma leitura pouco inclusiva por parte das elites para uma relativa compreensão de que se tratava de um modo de vida a ser valorizado. Ocorreu, com isso, segundo a autora, a democratização dos bens simbólicos pelos movimentos de vanguarda no intuito de promover a democratização do saber.

No início do século XX, a forma como se ampliou a divulgação e o acesso à arte contribuiu para a sua popularização. Os meios de comunicação de massa (livros, rádio, cinema) foram, sem dúvida, peças fundamentais, pois permitiram a maior e mais rápida circulação de ideias e mercadorias ao criar uma demanda maior da população por teatros, cafés, museus e bibliotecas. Isto, claro, associado a projetos educacionais mais amplos.

Observe que o rádio desprezou, no seu início, a capacidade por mediar a cultura literária e o grande público, mas logo isto se modificou. O cinema, desde cedo, representou aspectos da cultura popular e fez com que muitos se sentissem identificados. Veja os filmes do cantor de tango argentino Carlos Gardel (1890-1935), que trazia a musicalidade regional, até então, marginalizada pelas elites de Buenos Aires. Do mesmo modo, a cultura dita erudita também passou a ser veiculada de maneira cada vez mais massiva na sociedade contemporânea, fazendo com que muitos tivessem acesso a conhecimentos usufruído, por muito tempo, apenas pelas elites.



**A vanguarda, formada por muitos de origem abastada e burguesa, propôs uma alternativa entre pensar a cultura como “cultura de elite” e “cultura popular” ao mesclar os referenciais sociais existentes e inseri-los nos meios de comunicação de massa.**

Exemplos disso não faltam: Mário de Andrade (1893-1945), Jorge Luis Borges (1899-1986), Alejo Carpentier (1904-1980) etc. Ao valorizarem a linguagem, o ritmo, a musicalidade de indígenas, africanos, mestiços e incluí-los em espaços sociais antes reservados a chamada “alta cultura”, escritores e artistas contribuíram para a democratização social. Possibilitaram, ainda, que o popular recriasse, de maneira difusa, a sua cultura nos seus próprios termos e circuitos de circulação.

Viviane Gelado cita o filósofo alemão Theodor W. Adorno (1903-1963) - crítico da cultura de massa - para afirmar que a arte de vanguarda foi, de fato, uma forma de expressar a crise das sociedades modernas, a crise do processo civilizatório e seus impasses, assim como a ânsia por transformá-la. A valorização do popular aparece, nesse caso, representada como uma espécie de primitivismo romântico, ao passado rural, indigenista, negrista, crioulo, americano resistente ao processo de modernização. Diante disso, a autora destaca diversos grupos das vanguardas que se interessaram pelo popular contemporâneo; pelo popular histórico cultural e literário; pelo popular nacional, americano, e pelo popular europeu marginalizado na própria Europa - o que nos permite visualizar a complexidade e a amplitude desse movimento.

Por fim, é possível afirmar que os grupos das vanguardas na América Latina atuaram de maneira diversificada, para além de uma concepção pura da arte, sem a necessidade do rompimento total com a tradição europeia e desenvolveram com isso uma visão política específica e valorativa do popular em contras-



te com os discursos incisivos sobre a noção de civilização elaborada no mundo moderno. Isto de fato contribuiu para uma noção da cultura como uma força híbrida, democrática, mestiça.

## 2 - O tema em questão no livro didático

### **Vozes do passado. A “nova arte”**

**A década de 1920 trouxe consigo um clima de incertezas, mas também de muito otimismo.**

A elite frequentava salões de dança e assistia às corridas de automóvel, às partidas de football e às demonstrações malabarísticas de aeroplanos e bailes de máscaras. Nesse ambiente, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, entre outros intelectuais e artistas, iniciaram um movimento cultural em que as técnicas artísticas modernas internacionais foram assimiladas em uma “nova arte”, cosmopolita, urbana e fundada na valorização da cultura nacional.

O resultado foi apresentado no célebre Semana de Arte Moderna de 1922, no teatro Municipal de São Paulo, influenciando a literatura e as artes plásticas a partir de então. Mesmo sem um projeto artístico comum, o evento acabou gerando o encontro de diferentes tendências de renovação que buscavam combater o que consideravam ser a arte tradicional.

In: FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. *Nova História Integrada*. Vol. 3. Curitiba, Módulo Editora, 2010, p.102.

## 3- Perguntas relacionadas ao texto proposto e ao livro didático

É possível perceber que o texto didático sobre as vanguardas se refere a elas como “a nova arte” se restringindo a Semana da Arte Moderna de 1922, em São Paulo. O que era “a velha arte”? Quais são as características desse referido movimento? Em que medida ele se aproxima das vanguardas latino-americanas? A impressão que fica no texto didático não é a de que as vanguardas de São Paulo não foram a única expressão moderna do Brasil? E o movimentos regionalistas do Nordeste, do Rio ou de Minas não produziram inovações artísticas? O que o texto de Viviane Gelado acrescenta na compreensão desse fenômeno? As vanguardas eram um movimento das elites para as elites?

Pesquise sobre o significado dado ao tradicional na arte brasileira bem como na latino-americana. Como o popular se inseriu nessas manifestações artísticas? Quando “a cultura popular” se tornou um tema reconhecido?



**SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-Americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*. São Paulo: USP, 1995.**

**JOSEF, Bella. *História da Literatura Hispano-americana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.**

**Associação Brasileira de Literatura Comparada: <http://www.abralic.org.br/>**

# Populismo latino-americano

**Texto-base:**

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Populismo latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 127-165.

**1 - Ideias gerais do texto**

Neste capítulo, o tema em questão é o populismo na América Latina, que será discutido com base no texto da historiadora da USP Maria Helena Capelato. É importante ressaltar que se trata de um tema controverso, ambíguo, polêmico e orientador de muitas das análises sobre as experiências de governos brasileiros, argentinos e mexicanos, liderados, respectivamente, por Vargas (1945-54), Perón (1946-1955) e Cárdenas (1934-1940), durante a primeira metade do século XX, na América Latina.

A história do populismo como instrumento para a compreensão social remonta à década de 1960 e foi desenvolvido por sociólogos nos marcos da teoria da modernização. Em seus clássicos trabalhos, Gino Germani (1911- 1979) e Torcuato di Tella (1892- 1948) desenvolveram o conceito de populismo para explicar a assimilação dos setores populares pelo Estado, por meio de mecanismos corporativos, como resposta a uma situação incomum gerada pela transição da ordem tradicional à moderna na América Latina, que se expressou num grande aumento da urbanização e da industrialização.

**A nova situação de grandes contingentes populacionais nas cidades implicou em crescentes demandas de consumo e participação que excediam à capacidade de integração dos sistemas políticos tradicionais. Assim, a intensa mobilização popular, sem canais de expressão e integração, gerou uma situação sem paralelo, deixando uma grande massa populacional disponível. Esse foi o espaço no qual se erigiram os regimes populistas, que assimilaram os setores populares sob a tutela do Estado, por meio de mecanismos corporativos.**

O grande questionamento que guiou os estudos sobre a modernização foi entender porque na América Latina não houve um desenvolvimento como o europeu (considerado ideal), pelo qual a modernização capitalista se refletiu no amadurecimento de mecanismos de expressão das demandas populares e de incorporação política, como sindicatos e partidos.

A resposta para a especificidade do caso latino-americano estaria no descompasso gerado pela rapidez das transformações socioeconômicas (as sociedades latino-americanas ingressaram na órbita da modernidade com o capitalismo já em sua fase industrial), que não geraram imediatamente uma mudança nos sistemas políticos para integrar as novas demandas. Os regimes populistas seriam, então, uma forma peculiar de preencher esse descompasso e sua condição de emergência estaria na existência de "massas disponíveis" nos centros urbanos, vindas recentemente do campo, sem experiência sindical e, portanto, facilmente cooptáveis.

Na década seguinte, os estudos sobre o fenômeno populista latino-americano ganharam novos desdobramentos, sobretudo com trabalhos provenientes principalmente do campo da Ciência Política e sob a influência do marxismo, como os de Francisco Weffort. Nessa perspectiva, a emergência de regimes populistas se relaciona com a crise do Estado liberal-oligárquico e do modelo agro-exportador na América Latina, ocasionada pela crise do capitalismo mundial, a



partir de 1929. Um dos efeitos foi uma espécie de vácuo de poder político, visto que nenhuma classe social tradicional tinha condições de alcançar a hegemonia política e dar respostas inovadoras. A burguesia industrial era ainda débil e economicamente dependente, enquanto as massas populares, apesar de exercerem forte pressão social, encontravam-se desorganizadas e sem consciência de classe.

Assim, abriu-se espaço para a emergência de uma política populista, sintetizada na pessoa de um líder carismático, capaz de manipular as massas, por meio da satisfação de algumas de suas aspirações, mas sem ferir os interesses das elites. A tradução dessa política seria um Estado de compromisso, que buscou conciliar os interesses das diferentes classes. Ao mesmo tempo, o populismo condensaria, na forma de um Estado tutelar, a ascensão das massas populares no cenário político.

O fenômeno do populismo aparece ligado em muitos estudos a signos negativos, resultantes da situação de inferioridade da América Latina no plano do desenvolvimento do capitalismo.



**Ao final do século XX, quando o termo deslizou de vez do campo acadêmico para o terreno político, ele adquiriu, segundo Capelato, uma conotação maniqueísta: ora usado pelos neoliberais como sinônimo de ineficiência do Estado e de manipulação política; ora reavaliado pelas esquerdas como o início histórico das possibilidades de ampliação do exercício da cidadania na América Latina.**

Com efeito, muitas abordagens se destacaram por uma pretensão generalizante, ao buscar identificar e compreender o populismo latino-americano. Mesmo que se partisse de casos nacionais específicos, a proposta era encontrar uma teoria geral capaz de explicar o fenômeno em termos continentais. Sobre esse aspecto, chama bastante a atenção a tentativa de igualar políticas muito distintas, como as experiências populistas na Argentina e no México, principalmente no que toca as relações entre a classe trabalhadora, o Estado e as classes dominantes.

## **2 - Cardenismo e peronismo em perspectiva comparada: a diversidade dos fenômenos e alguns pontos em comum**

Primeiramente, é necessário apresentar as diferentes conjunturas pelas quais Cárdenas e Perón chegaram ao poder em seus respectivos países. O mexicano foi eleito democraticamente, em 1934, com a plataforma política comprometida em efetivar as reformas sociais estabelecidas pela Constituição de 1917, mas deixadas de lado na década de 1920, por sucessivos governos pós-revolucionários.

No contexto argentino, ao contrário, a ascensão do peronismo se relacionou a golpe militar, liderado pelo GOU (grupo de oficiais unidos), em 1943, contra os abusos de poder, fraudes e corrupções, que assolavam o país desde o golpe de 1930, que derrubou o presidente Yrigoyen e inaugurou a chamada “década infame”.

Assim, o viés autoritário já se apresentava no peronismo desde o início. A censura aos meios de comunicação e sua utilização como veículos de propaganda política pelo governo foram um dos traços marcantes do período. No cardenismo, ao contrário, o cenário democrático foi mantido e os veículos tradicionais de expressão da opinião pública, principalmente os jornais, tiveram liberdade de expressão.

Após a crise de 1929 na Argentina, a produção industrial e o número de operários cresceram acompanhados, a partir dos anos de 1940, de uma política peronista que estimulou a organização sindical e contribuiu para o aumento dos



salários. A contrapartida, como assinala Capelato, foi “a gradual subordinação dos sindicatos ao Estado e o impedimento de todas as formas de oposição dentro ou fora do peronismo” (CAPELATO, 2001, P.146).

Há alguns autores, como Germani, que enfatizam a manipulação do Estado em relação aos anseios populares, minimizando a capacidade real de participação e de transformação social do povo. No entanto, essa visão é contestada por autores como Ricardo Sidicaro, que compreendeu que os anseios populares iam ao encontro de muitas das decisões propostas pelo Estado, ou seja, o povo não era alienado. Daniel James demonstra, nessa direção, a convivência “contraditória de uma política autoritária, que introduziu uma nova forma de controle social e ao mesmo tempo trouxe benefícios reais e ganhos objetivos aos trabalhadores.” (CAPELATO, 2001, P.152).

Vale ressaltar que o populismo mexicano apresentava suas especificidades, pois foi fruto da própria Revolução Mexicana (1910): o seu representante, Cárdenas, nos anos de 1930, teve o apoio popular fundamental contra a oposição oligárquica. O projeto político visava à grande transformação social por meio da efetivação da reforma agrária e das leis trabalhistas garantidas pela Constituição de 1917. Além disso, havia a tentativa de conciliar os conflitos religiosos, políticos e sociais que criavam obstáculos à estabilidade política.

Para o historiador mexicano Ilán Semo (1999), ao tentar superar o liberalismo pela consolidação de um “Estado ativo”, socializante, mas inscrito no marco capitalista - capaz de combinar propriedade individual e coletiva -, Cárdenas teve uma atuação ambígua: “promoveu liberdades políticas e direitos civis, mas criou as bases sociais e institucionais do autoritarismo presidencial no México.”

Nesse sentido, o cardenismo, ao organizar um partido (o Partido Revolucionário Institucional - PRI) que integrava as demandas sociais e fomentava políticas nacionalistas, reprimiu as dissidências políticas, constituindo uma cultura política de caráter autoritário. Como sintetizou Knight, a política populista na Argentina e no México, era emanada “de cima”, como resposta às pressões vindas “de baixo”.

**As experiências populistas na América Latina se configuraram como projetos que buscavam transformar a sociedade, a partir da canalização das energias populares visando realizações precisas: desenvolvimento econômico (industrialização) e unificação nacional. Essas “ideias-força” são aliadas a um programa estatal distributivo, que visava atenuar a afirmação de uma sociedade organizada sobre a matriz individualista.**

Nesse sentido, o cardenismo e o peronismo podem ser entendidos como duas faces da mesma moeda, sendo que cada um realizou uma leitura particular de referências inscritas nesse parâmetro. No caso do cardenismo, tratou-se de uma leitura mais à esquerda, dentro da qual o estatismo e o corporativismo apontavam para uma futura (ainda que distante, mas admitida como possível) sociedade socialista. No caso do peronismo, o grande modelo social era o fascismo, em todo seu caráter autoritário permeado pelo corporativismo de matriz religioso.



### 3- O tema em questão no livro didático

#### Falando nisso – Populismo no Brasil

“A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entender as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado, é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais, na qual evidentemente a hegemonia encontrava-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil”.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003, p.9.) In: FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. Nova História Integrada, Curitiba: Modulo Editora, 2010, vol. 3, p.198.

#### Perguntas relacionadas entre o texto proposto e o livro didático

O livro didático de João Paulo Mesquita cita um trecho do livro de Francisco Weffort, que evidencia que o populismo não foi apenas manipulação das massas por parte do governo, mas também a ampliação das possibilidades de exercício da cidadania por parte do povo.

Essa é a única visão sobre o populismo? Quais os indícios que nos levam a compreender que é uma interpretação do populismo à esquerda? O conceito de populismo colocado no livro didático é estendido a outras experiências latino-americanas? Quais as semelhanças entre o varguismo, o peronismo e o cardenismo? Qual é o motivo do populismo ser associado a signos negativos? Como o texto de Capelato nos ajuda a compreender melhor esse fenômeno? O conceito de populismo é ainda utilizado para explicar certas experiências históricas do mundo contemporâneo?

**CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.**

**CÁRDENAS, Lázaro. *Ideário político*. México: Era, 1989.**

**CORDÓVA, Arnaldo. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989.**

**CORDÓVA, Arnaldo. *La política de masas no cardenismo*. México: Era, 1974.**

**GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1971.**

**IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.**

**PERÓN, Juan Domingo. *El pensamiento político de Perón (seleção de Abel del Río)*. Buenos Aires: Kikiyón, 1972.**

**PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.**





PRADO, Maria Ligia C. *A emergência do populismo no contexto latino-americano*. In: José Marques de Melo. (Org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981, v. p. 25-33.

SEMO, Ilán. *El cardenismo revisitado: la tercera vía y otras utopías inciertas*. In: MACKINNON, Moira; PETRONE, Mario (org) *Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

SIDICARO, Ricardo. *Consideraciones sociológicas sobre las relaciones entre el peronismo y la clase obrera en la Argentina, 1943-1955*. In: MACKINNON, Moira; PETRONE, Mario (org) *Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Associação Nacional de Pesquisadores da América latina e do Caribe  
<http://www.anphlac.org/>

SciELO

Revista Lua Nova 6445&lng=en&nrm=iso

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento <http://www.cebrap.org.br/v2/>

# Os Estados Unidos após a queda da bolsa de Nova Iorque

**Texto-base:**

PAMPLONA, Marco A. Os tempos de New Deal e o desafio da reforma do Estado. In: *Revendo o sonho americano: 1890-1972*. Rio de Janeiro: Editora Atual, 1996, p.34-65.

## 1. Ideias gerais do texto

De maneira sucinta, apresento o texto do historiador carioca Marco Pamplona, *Os tempos de New Deal e o desafio da reforma do Estado*, no qual ele analisa causas e consequências da queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, nos Estados Unidos. Como sabemos, a profunda crise econômica e social ocorrida gerou no país, nos anos de 1930, o desafio da reforma de Estado. Nomeada pelos norte-americanos de *New Deal* ou o “novo tratamento”, esta reforma se diferenciava, até aquele período, da grande parte das medidas adotadas pelos liberais republicanos e - como é possível imaginar - ela se tornou motivo de muitas resistências das elites econômicas.

Como tirar o país da depressão econômica? Como resolver os problemas sociais? Qual deve ser o papel do Estado diante dos indivíduos? Essas foram algumas das indagações do período feitas por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), presidente norte-americano, eleito em 1932, que se inspirou em alguns governos democráticos da Europa para fortalecer o executivo e, ao mesmo tempo, manter o sistema democrático. O desdobramento da crise foi, entre outros fatores, o abalo na crença de que o indivíduo norte-americano podia conquistar o sucesso sem a ajuda do Estado, pois muitos acabaram por ser obrigados a pedir amparo a ele no intuito de garantirem a sobrevivência.

E o que levou a essa situação? Como um país que desde o século XIX adotava uma política externa imperial e um processo de industrialização galopante quebrou ao final da década de 1920? A própria Primeira Guerra Mundial (1914-1918) já não era um indício da potência armamentista norte-americana e da sua capacidade de dominar o mundo? A sociedade norte-americana não se configurava como uma sociedade de consumo em massa? O Estado não era o grande incentivador da livre economia?

Para Pamplona, é preciso considerar que, desde o início do século XX, o Estado norte-americano já ensaiava possibilidades de intervenção na economia e na organização social. Vale lembrar que o número de imigrantes no país gerou o aumento dos movimentos sociais e dos conflitos raciais, bem como a restrição do Estado no que toca às liberdades civis de negros, índios e imigrantes.



**Durante toda a Primeira Guerra Mundial, a garantia das liberdades civis ficou restrita à segunda ordem. Por um lado, por exemplo, a possibilidade de imigração ficou sujeita a cotas governamentais cada vez mais rígidas. Por outro, essa época experimentou algumas políticas progressistas por parte do Estado, especialmente no âmbito regional, pois havia a garantia em algumas localidades de uma legislação trabalhista e o incentivo a programas de bem-estar social.**



De todo modo, nos anos de 1920, os Estados Unidos foram marcados pelo aumento vertiginoso do consumo, da mudança de costumes com relação ao papel da mulher, do sexo, da bebida, etc., do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, como o cinema e o rádio, e do incentivo ao livre comércio.

Assim, podemos indagar: como essa cultura da pujança se transformou em sinônimo de crise econômica e social? Segundo o autor, importa pensar que, já nos anos de 1920, o país sofria na agricultura e na indústria uma crise da superprodução que levou ao fechamento de pequenos bancos, que concediam linha de crédito aos agricultores e pequenos empresários. Além disso, já havia no país o crescimento do desemprego, o aumento da desigualdade social, a existência de capital especulativo sem limites e os constrangimentos externos da economia internacional, que transformou os Estados Unidos no principal credor da Europa depois da Primeira Guerra Mundial.

Com efeito, a crise não foi vivida completamente de um dia para o outro. Ao final dos anos de 1920, para superar o problema, o presidente Hoover procurou dar continuidade à política republicana liberal, de diminuição de impostos e de incentivo ao capital especulativo, o que desorganizou muito mais a economia, provocando dívidas, desempregos e segregação racial. Os negros, por exemplo, que viviam no sul do país não podiam votar ou ir à universidade, além de exercerem trabalhos geralmente degradantes. Hoover negou a crise até quando pôde. Ao final de seu governo, recorreu à ajuda federal e criou, em vão, alguns programas destinados a emprestar dinheiro aos bancos, às companhias de seguro, de estradas de ferro e aos governos estaduais.



**O programa de governo New Deal de Roosevelt objetivou explicitamente estancar a crise e restaurar a confiança do país por meio da intervenção do Estado na economia. Logo no início o seu governo orientou os empresários, ampliou as possibilidades de emprego, realizou empréstimos e regulamentou impostos.**

Com isso, as eleições de 1932 levaram à presidência o democrata Franklin Delano Roosevelt, que já tinha tido êxito na experiência como governador de Nova Iorque em programas de auxílio aos pobres e desempregados, durante a crise de 1929.

Já no seu segundo governo, ele aumentou a taxação dos impostos pagos pelos mais ricos e denunciou o egoísmo de muitos empresários de resistirem às mudanças adotadas em nome da nação. Houve muitas críticas a essas medidas do governo, principalmente por parte dos republicanos, que as consideravam uma intervenção excessiva, colocando em xeque, na visão deles, a capacidade do indivíduo de pelo seu próprio esforço alcançar o sucesso. Alguns nomearam Roosevelt como o “presidente imperial”.

A conjuntura complicou-se a partir de 1937-39 levando a uma nova recessão econômica e graves conflitos entre trabalhadores e empresários. Mas a Segunda Guerra Mundial representou uma nova oportunidade para retirar o país da recessão, reaquecendo a economia. Roosevelt foi novamente reeleito, apesar de a política do *New Deal* ter sido amenizada com o crescimento econômico gerado com a guerra e o estímulo às indústrias e empregos. Mas o papel do Estado norte-americano como incentivador, organizador e garantidor de questões econômicas e sociais permaneceu.

Vale destacar que a influencia norte-americana na Europa desde a Primeira Guerra Mundial privilegiou uma política neutra. Por isso, os EUA comercializavam com diversos países bases navais, estados clientes, investimentos, comércio e missionários, se tornando os grandes produtores e importadores para diversas partes do mundo. A garantia da liberdade de ação era o que eles buscavam.



Observe o que foi a postura do país nas Conferências Pan-americanas em que o discurso democrático já revelava para muitos políticos e intelectuais a intenção de hegemonia política e econômica sobre a América Latina. “**A política da boa vizinhança**” - assim nomeada pelos Estados Unidos com o intuito de amenizar a tensão provocada por décadas de intervenção armada e arbitrária – procurou, a partir dos anos de 1930, colaboradores em alguns países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile, México, etc.

Quanto à relutância em não se envolver na Segunda Guerra Mundial por adotar uma política pragmática, útil no enfrentamento de uma conjuntura em rápida transformação, foi de certo modo bem sucedida até 1941, quando os incidentes na Ásia forçaram a declaração de guerra por parte dos Estados Unidos contra as potências do Eixo e a favor dos Aliados, esses últimos antigos credores do país. Após esse acontecimento, a política norte-americana de dita “neutralidade” não se repetiria no cenário mundial.

## 2. O tema em questão no livro didático

### Os tempos da Grande Crise

**A crise desencadeada nos Estados Unidos em 1929 se fez sentir quase que imediatamente e de modo profundo na América Latina, dando oportunidade a uma série de mudanças em diversos países.**

#### a) A crise na economia

Dependendo em larga escala dos Estados Unidos ou de países que também foram atingidos pela crise como Inglaterra e Alemanha, a economia latino-americana enfrentou sérios problemas a partir de 1929. Uma violenta queda nas exportações diminuiu a capacidade de importar gerando um acentuado desemprego nesses dois setores. No entanto, foi um momento de crescimento para a indústria de substituição de importações, pois a crise reduziu muito a capacidade de importar, principalmente por causa da queda do valor das moedas.

#### b) Uma onda de agitação

A crise econômica tornou mais evidente o caráter arcaico da organização política de diversos países latino-americanos, propiciando o desencadeamento de golpes, revoluções e a queda de alguns governos. Em todos esses movimentos foi visível a participação das massas urbanas e o início de declínio das oligarquias tradicionais. Ao mesmo tempo, a crise fez crescer o número de partidos de esquerda e fortaleceu também os partidos fascistas, bastante influenciados pelos exemplos europeus.

#### c) A política da Boa Vizinhança

**Os anos de década de 1930 presenciaram uma mudança importante da política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina.** O governo do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt inaugurou a chamada Política da Boa Vizinhança, pela qual os **Estados Unidos abdicavam do uso da força nas suas relações com os países ao sul do Rio Grande.** Ao lado disso, procurava-se um estreitamento de laços através das ideias do Pan-americanismo.

**Os Estados Unidos procuraram incentivar ao máximo a solidariedade continental,** à medida que a política agressiva dos países fascistas se acentuava. Tal objetivo foi alcançado principalmente na 8ª Conferência Pan-americana, realizada em Lima, no ano de 1938. Seguiu-se, em 1939, com o início da Segunda Guerra, a Conferência do Panamá, na qual os países americanos estabeleceram a proibição de combates navais a 300 milhas das costas americanas. Em 1940, em Havana, procurou-se estabelecer medidas comuns de defesa, visando a sal-



vaguardar a neutralidade das nações americanas. Nessas conferências, o papel fundamental sempre coube aos Estados Unidos, na medida em que era grande o número de países latino-americanos possuidores de regimes fortes, que simpatizavam com os países do Eixo.”

CAMPOS, Raymundo. História Geral 2. São Paulo, Editora Atual, 1978, p.197.

### 3-Perguntas relacionadas ao texto e ao livro didático

O livro didático de Raymundo Campos não apresenta as razões da grande crise de 1929; apenas alguns de seus efeitos na América Latina. Claro que a crítica fácil é cobrar ausências do autor, uma vez que nem tudo é possível de ser dito, mas, de todo modo, esse é um elemento central para que os alunos compreendam os dramas relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no mundo moderno. Como uma sociedade próspera como a norte-americana entrou em colapso em 1929? Como ela se recuperou? Quais os efeitos na América Latina? A política da Boa Vizinhança era tão desinteressada e amigável como trata Campos?

O texto de Pamplona nos apresenta os conflitos internos das políticas norte-americanas nos anos de 1930 e as relações internacionais norte-americanas que, por mais próximas e amenas que estivessem com a América Latina, não deixavam de transparecer a necessidade de os EUA dominarem a região.

**JUNQUEIRA, Mary. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.**

**OLIVEIRA DE, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.**

**SPYER, Tereza. *As conferencias pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)* In: [www.teses.usp.br/.../TEREZA\\_MARIA\\_SPYER\\_DUCI](http://www.teses.usp.br/.../TEREZA_MARIA_SPYER_DUCI)**

**KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.**

**Revista de História da Universidade Federal Fluminense – Número 25: Dossiê: Estados Unidos: novas perspectivas. <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=53> <http://www.anphlac.org/>**



# A Revolução Cubana

**Texto-base:**

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo. Ed. Unesp, 2004, p.21-39; p.107-126.

## 1. Ideias gerais do texto

Vamos tratar, de maneira geral, de um tema que despertou e ainda desperta muitas paixões, discussões e críticas entre os intelectuais latino-americanos: a Revolução Cubana, ocorrida em 1959. Utilizaremos, para tanto, o texto *A emergência do processo revolucionário e Cuba e a Revolução: o legado do século XX*, do historiador paulista Luís Fernando Ayerbe, publicado em 2004 pela editora Unesp.

Para compreender a Revolução Cubana, é preciso elencar alguns elementos anteriores da própria história revolucionária do país, como a abolição da escravidão (1880) e proclamação da independência (1889). Tais acontecimentos foram tardios, quando comparados a outros países latino-americanos, e profundamente vinculados ao apoio e à ingerência dos Estados Unidos, que nutriam um profundo interesse comercial em produtos da ilha, como açúcar, minério de ferro, manganês, tabaco, etc.

Os Estados Unidos chegaram a exercer uma grande influência política na formação de Cuba. A Emenda Platt, por exemplo, promulgada em 1902, foi imposta aos cubanos pelo imperialismo norte-americano, limitando a autonomia política da população, pois os Estados Unidos poderiam intervir na ilha sempre que considerassem apropriado. Esta medida durou até os anos de 1930.

Por outro lado, não se pode deixar de dizer que as resistências às intransigências norte-americanas cometidas em Cuba existiram desde o início. A mais célebre delas foi a do poeta e jornalista José Martí (1853-1895), morto em prol da independência cubana. Ele escreveu alguns textos críticos sobre os Estados Unidos e se tornou um ícone na luta contra a intervenção imperialista na ilha e a favor da necessidade dos cubanos conquistarem plenamente a soberania nacional.



**Na metade do século XX, Fulgência Batista realizou o golpe militar em Cuba com o apoio norte-americano e tomou a presidência pela segunda vez, em 1952, diluindo as possibilidades da conquista do poder democrático na visão da maioria de movimentos políticos nacionalistas e à esquerda. Isto deu lugar à frustração e à crença na luta armada como o principal método de ação política da oposição.**

O grande protagonista desse movimento contestatório que levou à Revolução Cubana foi Fidel Castro. De origem abastada, ele passou a lutar pela autonomia da nação cubana desde os anos de 1940, e de maneira mais veemente a partir do golpe militar de Batista. O fracassado assalto armado ao quartel de Moncada, em 1952, o conduziu à prisão e à defesa pública, inflamada, que nomeou de *A história me absolverá*, escrita em prol da reforma agrária do país, do desenvolvimento educacional, da nacionalização dos bens públicos e da diminuição das desigualdades sociais.

A pressão popular e a tensa situação política vivida por Batista propiciou a concessão da anistia a Fidel e a outros revolucionários, em 1955. Ele, então, se exilou no México, mas não deixou de articular com movimentos guerrilheiros, como o Movimento 26 de Julho, as possibilidades de tomada do poder na ilha.

Em 1956, Fidel voltou a Cuba, a bordo do navio Granma, e apoiado por um



grupo de guerrilheiros compostos por 82 homens, como Che Guevara. Eles viviam derrubar a ditadura de Batista por meio de uma tática que se iniciaria no campo, ou seja, convencendo, primeiramente, a população camponesa de Sierra Maestra sobre a necessidade de transformação social e, posteriormente, a população urbana, partidos de oposição que rejeitavam a luta armada e a comunidade internacional.

Isto se tornou possível devido à crise política que assolava a ilha, naquela época. Além disso, segundo Ayerbe, havia a grande capacidade de organização e negociação do movimento, bem como do comprometimento com os anseios populares. Vale dizer que as promessas de fim da ditadura e o retorno à democracia foram feitas pelos revolucionários antes da tomada do poder, em 1959. Mas, como se sabe, elas não se confirmaram, pois se adotou um regime político socialista, de partido único e com liberdades restritas.



**A experiência cubana se tornou, naquele contexto de Guerra Fria, motivo de receio de países ditatoriais que eram dominados pela influência norte-americana, bem como motivo de referência das esquerdas latino-americanas. Mas, com o passar dos anos, apesar das visíveis conquistas sociais nas áreas da educação e da saúde, o país tornou-se alvo de muitas críticas pelo desdobramento excessivamente autoritário, inclusive entre aqueles que apoiavam inicialmente a revolução**

Ayerbe rebate algumas dessas críticas nos chamando a atenção para o fato de que, em relação à opção política pela luta armada, “os revolucionários cubanos vivenciaram uma época marcada pela instabilidade política na América Latina e no Caribe, em que o desrespeito pela democracia, pela soberania nacional, por parte dos setores dominantes da região e do governo dos Estados Unidos, não deixava um grande leque de escolhas para aqueles que defendiam reformas profundas na economia e na sociedade” (AYERBE, 2004, p.109).

Observe, por exemplo, os inúmeros golpes militares ocorridos nesse período na Bolívia, Argentina, Chile, Brasil, etc., que teriam como resposta um processo de radicalização das esquerdas, no qual a experiência cubana se mostrava, conforme dito, como um ponto de referência.

Com o fim da antiga União Soviética, da Guerra Fria, os processos revolucionários de cunho socialista sofreram uma enorme derrota ao final do século XX. A expansão do capitalismo neoliberal norte-americano, por sua vez, se apresentou no horizonte como o único exemplo a ser seguido. Um dos efeitos disso para Cuba foi o aprofundamento do bloqueio continental à ilha, existente desde os anos de 1960, o que induziu Fidel Castro, naquela época, a buscar apoio na URSS e aderir ao socialismo.

Para o mundo ocidental, a mudança produzida nos inícios dos anos de 1990 representou “a morte anunciada de qualquer proposta de desenvolvimento que coloque estruturalmente o Estado como ator central na economia, especialmente a busca de equidade social a partir do controle estatal dos meios de produção e dos mecanismos de distribuição de riquezas.” (AYERBE, 2004, p.115).

Diante dos impasses políticos criados e da crise econômica vivida em Cuba, por conta do embargo econômico e do fim da URSS, o país buscou maior interação com a economia global, abrindo alguns setores à participação do capital estrangeiro, indo ao encontro de relações internacionais plurais. Ainda sim, se observa um questionamento sobre as práticas políticas antidemocráticas do regime cubano, que não promove eleições presidenciais há 50 anos e só reforça o autoritarismo.

Porém, sempre se esquece, segundo Ayerbe, que as críticas perdem de vista a pressão sofrida pelo governo cubano, as reformas políticas já realizadas e as ameaças impostas às possibilidades de exercício de uma política de cunho social. Como observa o autor: “enquanto permanecer o intervencionismo na po-



lítica externa dos Estados Unidos para Cuba, abrir mão do regime de partido único representaria o fim do sistema político, social e econômico gerado pela revolução” (AYERBE, 2004, p.125).



**Bom, é possível perceber, em linhas muito gerais, como a Revolução Cubana é um tema controvertido e que não deve ser percebido como um modelo fechado, mas sim como uma expressão da capacidade da sociedade cubana de criar alternativas em relação a determinadas circunstâncias opressoras e injustas, que inibiam a soberania nacional da região.**

## 2-O tema em questão no livro didático

### A Revolução Cubana

A Revolução Cubana foi o primeiro movimento que conseguiu resultados positivos contra a hegemonia norte-americana no continente.

Livre do domínio espanhol desde 1898, Cuba sempre foi tutelada pelos EUA, alternando governos submissos aos seus interesses. Na realidade, a ilha foi juridicamente um protetorado norte-americano até 1934, quando foi revogada a Emenda Platt.

A organização da produção açucareira pelas empresas norte-americanas resultava na completa submissão da elite cubana aos interesses dos EUA. A maioria da população cubana era de origem rural, mas não tinha nenhum acesso à posse de terra e vivia em precárias condições de sobrevivência. Durante as décadas de 1930/40, a ilha viveu repleta de violência, corrupção, desmandos e instabilidade política.

Em 1952, Fulgêncio Batista (homem com muito poder no país desde a década de 1940 – foi presidente entre 1940/44) chegou ao poder por um golpe, montando uma estrutura de governo autoritária e corrupta. Durante sua administração, começou a se organizar um grande movimento guerrilheiro nacionalista liderado pelos irmãos Fidel e Raúl Castro, por Cienfuegos e Che Guevara. Depois de inúmeras lutas, a guerrilha nacionalista unida ao partido comunista chegou à vitória, em janeiro de 1959.

Logo após a consolidação de seu governo, Fidel Castro aproximou-se da URSS buscando apoio contra os EUA. Os EUA procuraram reagir à revolução em Cuba, realizando um bloqueio econômico (1959) e um golpe frustrado da CIA (a invasão da Baía dos Porcos, em 1961). A derrota americana fortaleceu Fidel, que acabou aderindo totalmente à URSS, transformando Cuba em um Estado socialista.

Em 1962 houve a crise dos mísseis. O governo de John Kennedy identificou bases de mísseis soviéticos em Cuba, que ameaçavam os EUA e a paz mundial. A tensão internacional foi desfeita com a retirada dos mísseis. Em seguida, Cuba foi afastada da Organização dos Estados Americanos (OEA) e reforçou seus laços com a URSS, tornando-se a única área de influência soviética no continente americano.

Apesar de Fidel tentar construir um socialismo com características diferentes, o Estado centralizou as iniciativas econômicas, os partidos políticos foram extintos e o culto à personalidade esteve presente. Porém, em relação à realidade latino-americana, as conquistas sociais cubanas elevaram o padrão de vida de seus habitantes.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Caminhos das civilizações – História integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Editora Atual, 1998, p.467.



### 3-Perguntas relacionadas ao texto proposto e ao livro didático

Como o texto de Ayerbe pode complementar o trecho de José Geraldo Moraes? A visão sobre a Revolução Cubana é positiva entre os autores? Qual é o papel dos Estados Unidos para esses autores? Qual é a crítica liberal a respeito da Revolução Cubana? Será que esse movimento revolucionário não é muito idealizado? Será que foi realmente o único movimento a conseguir resultados positivos contra os Estados Unidos? Investigue. É possível justificar, ainda hoje, o autoritarismo como uma força política necessária para a realização de conquistas sociais? Como o governo cubano é visto pela mídia? O contraponto da Revolução Cubana é a democracia norte-americana, que é ou não democrática de fato?



**CASTAÑEDA, Jorge. *La utopia desarmada*. México, Joaquin Mortiz, 1993.**

**FERNANDEZ, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T.ª Queiroz, 1979.**

**HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.**

**IANNI, Octavio. *O Labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.**

**Jornal Gramma/ Jornal do governo cubano <http://www.granma.cu/portugues/>**

**Blogueira Yaoni Sánchez – Crítica cubana ao governo revolucionário <http://www.desdecuba.com/generaciony/>**

# Ditaduras Militares na América Latina

CARDOSO, Fernando Henrique. "Os regimes autoritários na América Latina". In: COLLIER, David (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 41-62

## 1. Ideias gerais do texto



Durante o século XX, a América Latina viveu diversas experiências marcadas por ditaduras militares. Nos anos de 1920 e 1930, países como Nicarágua, Venezuela, Cuba, Peru, República Dominicana e Haiti experimentaram esse tipo de regime. No entanto, o tipo característico e mais estudado de regime ditatorial ocorreu nas últimas décadas do século XX, no cone sul.

Esse modelo era baseado na ideia de segurança nacional acompanhada de uma agressiva militarização do Estado, com as forças armadas assumindo o papel de dirigentes políticos e agentes da repressão, contra as forças populares e as instituições democráticas. O Brasil foi o primeiro a vivenciar esse tipo de experiência ditatorial em 1964. Depois, vieram a Bolívia no mesmo ano; seguida pela Argentina em 1966, e Chile e Uruguai, respectivamente, em 1976 e 1973.

Tais regimes se inseriram no clima de Guerra Fria, apoiados por alianças estratégicas e programáticas com os Estados Unidos na luta contra o comunismo e toda força de dissenso social, como sindicatos, intelectuais, universidades e forças democráticas. As ditaduras militares promoveram o desenvolvimento acirrado do capitalismo; mantiveram as oligarquias locais; reprimiram as reivindicações trabalhistas e estudantis; debilitaram os serviços públicos em favor dos privados; deram credibilidade nos setores econômico e jurídico aos técnicos ligados ao grande capital privado e ao pensamento conservador.

É preciso pontuar que houve diferenças entre as ditaduras militares durante a Guerra Fria. No Brasil, por exemplo, nos final dos anos de 1960 e início dos 1970, ocorreu o crescimento econômico com o investimento estrangeiro. Já na Argentina, ao final da década de 1970, a recessão mundial inibiu o crescimento econômico do país, da mesma forma que no Uruguai. Sob o ponto de vista econômico, o caso chileno teve um resultado inicial positivo, quando se instaurou, por meio da Escola de Chicago.

Em comum, as experiências ditatoriais na América Latina conseguiram impor duras derrotas às forças populares e democráticas de seus países, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, intelectualidade crítica e imprensa independente. Na maioria, os crimes cometidos pelas ditaduras ficaram impunes.

Mas, no Chile, o general Pinochet foi processado por um juiz espanhol e, na Argentina, o general Videla foi preso pelas lideranças democráticas que assumiram, posteriormente, o poder no país. Muitos dos responsáveis por essas situações, porém, não sofreram condenações correspondentes: as grandes empresas, que lucraram com os regimes de terror impostos, e os articuladores da operação Condor, rede interamericana que se ocupou de perseguir e punir as esquerdas. *A Comissão da Verdade* no Brasil, *A Comissão da Verdade e Justiça* no Chile, as



as *Mães de Maio* na Argentina são algumas das forças políticas que lutaram e lutam desde o processo de redemocratização, iniciado na maioria desses países nos anos de 1980, com a penalização dos responsáveis pelo terrorismo de Estado do período ditatorial.

Alguns aspectos relativos à ditadura militar na América Latina são tratados no texto-base *O Novo Autoritarismo na América Latina*, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Vale dizer que este texto é parte do livro organizado por David Collier, lançado no Brasil em 1982, num contexto de transição democrática vivido em vários países do Cone Sul. O livro procura contribuir para ampliar o debate acadêmico em torno das ditaduras militares que subjugarão o subcontinente latino-americano nas últimas décadas do século XX, também chamadas por Fernando Henrique Cardoso e Guillermo O'Donnell de "autoritarismo burocrático".



**Fernando Henrique inicia o seu texto afirmando que a tendência ao autoritarismo durante a Guerra Fria não era, necessariamente, um fenômeno novo, pois o caudilhismo e o militarismo foram historicamente muito presentes na cultura política latino-americana, cuja base econômica era tradicionalmente agrária e mineradora.**

No entanto, ele chama a atenção para a especificidade desse fenômeno em meio ao processo de modernização na América Latina durante a Guerra Fria ao nos colocar algumas dessas indagações: Como o autoritarismo foi capaz de vigorar em sociedades cujo desenvolvimento industrial era visível? Qual a relação que é possível estabelecer entre modernização e autoritarismo? A modernização não implicaria na democratização das instituições políticas e sociais? Se a modernização não tem relação com o autoritarismo, como explicá-lo?

Dizer que o Estado se tornara "dependente", "burocrático", "corporativo", "militarizado", etc. não explicaria a situação política de diversos países latino-americanos, pois seria preciso entrar nos significados desses conceitos e nas especificidades dessas noções que colocam em evidência a ideia de que a democracia tem se constituído historicamente como uma planta exótica na região. O sociólogo propõe, nessa direção, analisar algumas dessas questões sobre o autoritarismo latino-americano, sem esgotar o assunto.

Chile, Uruguai, Argentina e Brasil experimentam, por exemplo, um regime militar autoritário de direita, que inibiu a liberdade de expressão, utilizou a tortura, estimulou a delação, inspirou o medo, realizou eleições simuladas em nome da "segurança nacional" e da luta contra o comunismo. Houve outras experiências semelhantes no Paraguai, Honduras, Panamá, Equador, Bolívia etc., muitas delas consideradas de maneira equivocada como experiências "caudilhescas".

Assim, movido pela necessidade de compreender esse fenômeno, Fernando Henrique Cardoso e os teóricos da dependência caracterizaram esses regimes militares, ocorridos na América Latina durante a Guerra Fria, como **autoritarismo burocrático**. Isso porque não era um único militar ou general que governava; não era um regime personalista, mas sim uma instituição militar que assumia o poder, a fim de reestruturar a sociedade e o Estado, apoiada não por um grupo ou um partido político, e sim pelas elites nacionais e parte das classes médias. Segundo argumenta, "as forças armadas tomam o poder não como no passado para manter um ditador no poder (tal como ocorreu com Vargas e Perón), mas, em vez disso, para reorganizar o país segundo a ideologia de "segurança nacional" da moderna doutrina militar" (CARDOSO, 1982, p.43).

O autor afirma que as ditaduras militares não eram feitas por caudilhos, fascistas ou corporativistas. Elas privilegiavam a apatia, a indiferença social, a parti



cipação de técnicos nas atividades públicas e econômicas, o conservadorismo, as oligarquias, a hierarquia e simulavam a participação política por meio de partidos de fachada. Dessa forma, excluía as organizações de classe da vida pública, como sindicatos e movimentos estudantis, constituindo, com isso, um regime de exceção na América Latina.

Fernando Henrique considera que se deve restringir o conceito “autoritarismo burocrático” às situações nas quais a intervenção militar ocorreu de maneira permanente e sistemática em reação aos movimentos esquerdistas e nas quais as políticas servissem para reorganizar o Estado e a economia com o intuito de garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista. Nesse caso, o México, por exemplo, por mais que tenha experimentado situações autoritárias, como a repressão aos estudantes em 1968, não foi governado por um regime militar, e sim por um frágil regime democrático. (CARDOSO, 1982, p.45).



**O Estado “autoritário burocrático” pode ser definido como um Estado que se caracteriza por anular os mecanismos políticos e democráticos, apoiado pelas classes militares, com o fim de restabelecer a ordem social e econômica que havia sido “perdida” por uma excessiva autonomia da população, em especial dos trabalhadores.**

Segundo o cientista político argentino Guillermo O’Donnell, um dos principais teóricos desse termo, o Estado “autoritário burocrático” aparece quando existe uma crise de dominação, compreendida pelas elites como uma desestruturação social que deve ser refeita por meio da coerção e da repressão. Há uma necessidade dessas elites dominantes de manter o poder e, para tanto, a intervenção militar se tornou uma alternativa necessária.

Como assinala Fernando Henrique, é fundamental diferenciar Estado de regime para que possamos compreender que é plenamente compatível um Estado capitalista constituído por um regime político democrático, não autoritário. Uma coisa é o Estado capitalista ou socialista; outra coisa é o seu regime, que pode ser autoritário ou democrático. A ideia de Estado pressupõe um pacto social entre as diversas classes.

O regime autoritário impôs à sociedade um Estado burocrático que privilegiou os setores privados da economia, o capitalismo liberal, controlando a força de trabalho, reprimindo os movimentos sindicais, controlando os salários, para o desenvolvimento do capitalismo a qualquer custo. A desigualdade social e a dependência externa foram algumas de suas consequências.

Entretanto, o autor salienta que as instituições do autoritarismo têm seus limites em termos de governabilidade, pois o executivo - nesse caso, ocupado por um general - depende da burocracia tecnocrática e do único partido real, que são as forças armadas. Os choques entre o executivo e os militares da linha dura são quase sempre inevitáveis. Há cisões dentro dos regimes. É certo que há alguns casos de o presidente ser o general das forças armadas nomeado pelo supremo chefe militar e ratificado pelo congresso (no caso chileno, o general Pinochet). Mas, ainda sim, o presidente vive uma tensão constante com as forças armadas na busca por defender os valores cristãos e nacionais contra a ameaça desestabilizadora do comunismo no mundo.

Com efeito, os golpes militares durante a Guerra Fria não criaram melhores condições de vida para os trabalhadores, apesar de eles terem desenvolvido certas estruturas econômicas, como transporte e energia, na América Latina. Não há relação comprovável de que o sistema capitalista atuou de maneira mais eficiente no regime autoritário do que no regime democrático. O fato é que o “autoritarismo burocrático” beneficiou, segundo o sociólogo, civis e militares



ligados ao Estado e determinadas empresas privadas nacionais e multinacionais. Essas empresas, em longo prazo, poderiam se expandir, segundo Cardoso, e inevitavelmente criar condições indesejáveis para o regime autoritário.

Em suas “conclusões inconclusas”, fica claro, por fim, que sua defesa em prol de uma abertura democrática na América Latina nos inícios da década de 1980 é acompanhada da ideia de que o Estado deveria criar condições para que a oposição à esquerda reaparecesse no cenário político, oferecendo soluções diferentes e melhores daquelas vividas nos anos de autoritarismo nos países latino-americanos.

## 1-O tema em questão no livro didático

### **Militarização e Doutrina de Segurança Nacional**

Após a grande guerra, foram assinados alguns tratados de cooperação e criados organismos continentais, procurando uma melhor integração das três Américas, como a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a TIAR (Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca). Porém, na prática eles apenas consolidaram o poder norte-americano no continente.

Os EUA desenvolveram uma política especial para a América Latina de acordo com seus interesses geopolíticos e econômicos. As lutas contra movimentos nacionalistas, populares ou de questionamento à hegemonia norte-americana e o apoio explícito a governos submissos aos seus interesses, ou a intervenção direta, fizeram parte da ação dos EUA no continente até o final da década de 1980.

Depois da década de 1950, as intervenções militares na vida política dos países latino-americanos se tornaram mais rotineiras, principalmente após a Revolução Cubana (1959). A vitória do comunismo em Cuba representava o avanço da potência do comunismo e da URSS no continente e, por isso, era preciso detê-los a qualquer custo. Essa política norte-americana para o continente foi organizada através da Doutrina de Segurança Nacional e alcançou pleno sucesso em virtude da precariedade das instituições democráticas dos países latino-americanos.

A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada pelos EUA com a função de consolidar suas posições no continente e principalmente de protegê-lo contra avanços da URSS. Ela foi a base da formação das elites militares latino-americanas após a Segunda Guerra Mundial, realizada nos EUA, no Nacional War College e no Colégio Interamericano de Defesa.

Os princípios básicos da doutrina são:

- Desenvolvimento – promover o desenvolvimento industrial e da renda nacional dos países subdesenvolvidos, baseado na integração ao capitalismo internacional e no ingresso de capital multinacional.
- Segurança – surge a noção de “fronteiras ideológicas”, ou seja, os países latino-americanos devem se preocupar com as influências ideológicas e não com a invasão de um inimigo estrangeiro. Assim, seu inimigo está dentro de seu próprio país, veiculando ideias contrárias ao interesse do capitalismo, da democracia e, sobretudo, dos EUA e, por isso, é preciso combatê-lo com todas as armas. O inimigo é, então, interno (os chamados “subversivos”), e as atividades militares devem estar voltadas para seu combate (atividades “antissubversivas”).

Essas ideias desenvolvimentistas e da segurança nacional influenciaram dezenas de golpes e governos militares durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, formando um verdadeiro “cinturão” militar e autoritário, influenciado e sustentado pelos EUA.

In: MORAES, José Geraldo Vinci de. Caminhos das civilizações – História integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Editora Atual, 1998, p.470.



## 2- Perguntas relacionadas entre o texto proposto e o livro didático

O trecho do livro didático escrito pelo historiador José Geraldo Moraes, no final dos anos de 1990 dá indícios de que o imperialismo norte-americano, de fato, fomentou as ditaduras militares na América Latina. No texto, as elites locais aparecem como submissas aos interesses do imperialismo.

Em que medida o texto de Fernando Henrique Cardoso contribui para nos dar uma visão distinta sobre o papel de responsabilidade das elites nacionais nesse processo? Qual é a consequência de conceder boa parte da responsabilidade da existência das ditaduras militares à noção de “Segurança Nacional” criada nos Estados Unidos? Qual foi, de fato, o desenvolvimento social criado, segundo Fernando Henrique Cardoso, por meio dessa política apoiada pelos Estados Unidos? E mais: qual o impasse criado pelas próprias ditaduras militares entre regime autoritário e modernização econômica? Não seria também uma contradição pensar como que a democracia norte-americana foi capaz de apoiar as ditaduras militares?



**COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina – Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo, Xamã, 2003.**

**DAYERELL, Eliane & YOKÓI, Zilda (orgs.). *América Latina contemporânea: Desafios e perspectivas*. São Paulo, Edusp, 1996.**

**GONSÁLEZ CASANOVA, Pablo (coord.) *El Estado en América Latina. Teoría y Práctica*. México: Siglo XXI/UNU, 1990.**

**HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.**

**IANNI, Octavio. *O Labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.**

**SADER, Emir (orgs.). *A enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2008.**

**TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória cultural; Ed. da Unicamp, 1989.**

### Alguns Sites relacionados

[www.cpdoc.fgv.br/](http://www.cpdoc.fgv.br/)

<http://www.anphlac.org>

<http://www.cebrap.org>

# A retórica testemunhal sobre as ditaduras militares na América Latina

**Texto base:**

SARLO, Beatriz. "A retórica testemunhal". In: *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.45-68.

## 1 - Ideias gerais do texto

Vamos nos dedicar a pensar, mais uma vez, sobre o tema das ditaduras militares na América Latina. O texto escolhido é A retórica testemunhal, escrito pela crítica literária argentina Beatriz Sarlo, que se propõe a problematizar as consequências das memórias testemunhais, criadas após as ditaduras militares da América Latina, em países como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia, etc.



Como afirma a escritora, o fim das ditaduras e o início do processo de redemocratização, entre os anos de 1960 e 1980, foram acompanhados de uma onda de publicações de testemunhos, entrevistas, autobiografias e relatos identitários. Lembrar era um ato que restaurava laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado militar.

Na ânsia de cumprir o dever da memória que marca os momentos em que a sociedade se defronta com o mal absoluto, tomaram a palavra perseguidos e seus familiares, cientistas sociais e jornalistas. O efeito gerado por esses testemunhos na Argentina foi, por exemplo, o de favorecer a instauração de processos penais e condenações, tanto mais que outras fontes de reconstituição do passado.

A questão, para a escritora, era como reavaliar os testemunhos dados em nome da preservação da memória das ditaduras militares? Quais seriam os limites entre o relato pessoal e a verdade? Entre a realidade e a lenda?

Assim como os relatos testemunhais dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial feitos pelos judeus era uma prova verdadeira do que havia ocorrido e do desejo de que não ocorresse mais, os relatos da esquerda latino-americana sobre torturas, sequestros e mortes tiveram um grande impacto na esfera pública ao denunciar os crimes do terrorismo de Estado e impedir a sua recorrência. No entanto, nesse último caso, excluíram-se os culpados da possibilidade de dizer suas verdades; muitos questionaram o valor probatório das narrações testemunhais, quando não as acusaram de ser falsas e encobrir os crimes da guerrilha, entre os anos de 1960 e 1970.

Nessa direção, as vítimas se tornaram matéria prima para a indignação e impulso para as transições democráticas, o que na Argentina se fez sob o signo do *Nunca Más*: nome dado pela comissão nacional sobre o desaparecimento de pessoas, que reuniu relatos testemunhais entre 1983/84 e levaram a julgamento os militares responsáveis pela ditadura. A memória desse passado é vista como um dever e uma necessidade jurídica, moral e política. Se, por um lado, o que as vítimas dizem é verdade, então, não se pode criticar os seus relatos, pois é o direito dos que sofrem. Mas, por outro lado, como esses relatos testemunhais se



propõem a reconstituir a história, eles podem ser submetidos à crítica e reavaliados pelo historiador por meio da comparação com outras fontes.

Beatriz apresenta, ao longo do texto, o subitem em relação ao narrador que testemunha e diz que não esquece nada por contar tudo. Mas ela adverte que ele fala no tempo presente sobre o passado, que distorce na busca da coerência e do sentido. É preciso ter em mente, como afirma, que ao falar do passado, o testemunho está falando mais sobre o presente.



**A tendência ao detalhe e ao acúmulo de precisões cria a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturado no discurso. Para Sarlo, é equivocado pensar na verdade absoluta do relato testemunhal, porque muita coisa se perdeu e outras tantas foram e são inventadas. Ainda sim, continua fundamental a tarefa de estabelecer um laço com um passado obscuro, destruído e viver o luto coletivo desse passado.**

O relato testemunhal objetiva a autodefesa daquilo que passou o sujeito e sua busca por um lugar social mais ameno do que viveu, apoiado na ideia de que pode falar de toda a verdade. Diferentemente disso, está o historiador, que sabe que todo relato tem elipses, ausências e falhas que impedem a verdade absoluta. O excesso de detalhes nunca é completo; não certifica a verdade, nem o sentido daquilo que passou. Há relatos testemunhais, segundo Sarlo, em que fica evidente a fraqueza de uma memória que lembra uma profusão de detalhes não significativos, uma memória que, como não podia deixar de ser, ora entende ora não entende aquilo que ela reconstitui. É nesse momento que a ilusão de uma representação completa produz disquisições narrativas e descritivas, digressões e desvios, cujo motivo é apenas o fato de ter acontecido com o narrador ou com o sujeito que ele evoca (SARLO, 2007, p.54). Desse modo, apesar de considerar um direito daqueles que a fazem, a escritora critica o relato realista-romântico que se fia na experiência, na narrativa do eu e na ideia de juventude perdida, congelada na fotografia e na morte, como verdade inquestionável ao historiador.

No tópico intitulado “O que foi o presente?”, Sarlo produz ricas contribuições sobre a ideia de que a memória é sempre anacrônica, nem sempre espontânea, há casos em que se obriga ao testemunho, há casos em que se inventa o testemunho. Assim, a memória não é história, pois o historiador procura controlar os anacronismos e dizer uma verdade crítica. Como exemplo, nas décadas de 1960 e 1970, não existia nos movimentos revolucionários a ideia de direitos humanos. Logo, como cobrar daquele passado a ausência de direitos humanos? Já que é indesejável extirpar a ideia de direitos humanos no presente, tão pouco é possível projetá-la intacta para o passado (SARLO, 2007, p.60).

Outra questão relativa aos relatos testemunhais que a escritora aponta é que o passado recordado está perto demais, produz impacto e, por isso, ainda desempenha políticas fortes no presente, como a punição exemplar de torturadores dos regimes militares. No entanto, esse passado recente deve ser analisado pelo historiador acompanhado de outros registros históricos, como folhetos, reportagens, documentos de reuniões e congressos, manifestos, cartas, jornais, etc., para que a verdade não fique restrita à memória, que dilui, muitas vezes, a distância, a diferença e o sentido social de uma época.

O que marcou as diferenças dos acontecimentos durante as ditaduras militares na América Latina e o período democrático? Para Sarlo, são muitos os exemplos que sinalizam a mudança temporal:

1) As ditaduras militares ocorreram em um período ideológico tanto para a esquerda quanto para a direita, onde não se imperava o pragmatismo ou o valor democrático. A ideologia capitalista ou socialista era a que organizava as experiências e as afetividades.



2) A televisão ainda não tinha estabelecido uma hegemonia completa; a imprensa escrita era o principal meio de informação. Na Argentina, havia, seguramente, uma cultura política de leitores. O imaginário da revolução era, dessa forma, livresco. Por exemplo, para entender o Marxismo se lia Marx; para compreender a Teologia da libertação se buscava a bíblia; para aderir à Teoria da Dependência se lia os teóricos da Comissão Econômica Para América Latina (Cepal), como Cardoso e O'Donnell.

É possível observar que as ditaduras militares na América Latina estavam restritas a marcos políticos que não foram vividos apenas na luta armada, mas também nos panfletos, discursos, textos.

A autora se pergunta, no final de sua argumentação:

- Quanto subsiste desse teor ideológico da vida política nas narrções da subjetividade após o processo de redemocratização?

E responde:

“Não se trata de discutir os direitos de expressão da subjetividade. O que quero dizer é mais simples: a subjetividade é histórica e, se acreditarmos possível tornar a captá-la em uma narração, é seu diferencial que vale. Uma utopia revolucionária carregada de ideias recebe um tratamento injusto, se é apresentada só ou fundamentalmente como drama pós-moderno dos seus partidários” (SARLO,2007,p.66).

Ao chamar a atenção dos leitores para aspectos específicos do relato testemunhal, Sarlo problematiza sobre a memória e a história, e como a clareza desses conceitos nos permite compreender melhor as políticas públicas que estão sendo constituídas na América Latina nos últimos anos sobre as ditaduras militares, nas quais a televisão ocupou um espaço nos debates públicos e atestou que a memória tem o mesmo sentido que a história

Uma consequência que podemos tirar é a de que o que se queria com esses relatos não era compreender o mundo das vítimas, mas sim conseguir a condenação dos culpados por meio de prisões e indenizações.

## 1-O tema em questão no livro didático

### A redemocratização do continente

Para os países sul-americanos, no plano econômico a década de 1980 foi marcada por recessão, queda do crescimento econômico, aumento da dívida externa, desemprego e hiperinflação e, por isso, ficou conhecida como a “década perdida”. Esse quadro de crise e desestabilização econômica foi produto, principalmente, do modelo de desenvolvimento estabelecido ao longo das décadas de 1960 e 1970.

A crise econômica gerou uma situação dramática no campo social, evidenciada pela hiperinflação e as altas taxas de desemprego. Muitos países tentaram solucionar seus problemas através de drásticos planos de estabilização econômica (planos heterodoxos), sem resultados positivos imediatos, como a Argentina, que introduziu o plano Austral, a Bolívia, o Chile e o Peru, com os choques econômicos.

Ao lado da crise socioeconômica, os governos autoritários do continente começaram a se desgastar e se desestabilizar, pressionando no plano internacional e, principalmente, no plano interno, pela organização de sociedades e movimentos oposicionistas. Lentamente a “grande fortaleza” política e militar, estruturada pelos EUA ao longo das décadas de 1960 e 1970 começou a ruir. Depois de décadas de autoritarismo, a América do Sul iniciou sua redemocratização.

Na Argentina foi eleito por eleições diretas, em 1983, o presidente Raúl Alfonsín; no Equador as eleições foram em 1979 e elegeram Jaime Roldós; no Peru, Belaúnde Terry foi eleito em 1980; no Uruguai, Julio Sanguinetti foi eleito em 1984 e redemocratizou o país; na Bolívia, Paz Estenssoro foi eleito em 1985; no Paraguai, houve eleições presidenciais livres em 1989, depois de 35 anos; no Chile, foi eleito por uma frente oposicionista Patricio Aylwin, em 1989. No Brasil, após o período de abertura política, foi eleito em 1984, ainda indiretamente, a chapa oposicionista Tancredo/Sarney.



Assim, no transcorrer dos anos de 1980 as ditaduras sul-americanas encerraram seu ciclo, iniciando na década de 1990 um novo momento histórico no continente, marcado sobretudo por três questões básicas: a luta pela consolidação das jovens democracias, contra o agravamento dos problemas e pela estabilização econômica.

In: MORAES, José Geraldo Vinci de. Caminhos das civilizações – História integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Editora Atual, 1998, p.471.

## 2 - Perguntas relacionadas ao texto proposto e ao livro didático

O contexto de crise econômica na América Latina propiciou o fim de muitas ditaduras militares, bem como o início do processo de redemocratização, segundo assinalou o historiador José Geraldo Moraes. Esse processo, como afirma Beatriz Sarlo, foi acompanhado pela necessidade de julgar o passado autoritário por meio da “Retórica Testemunhal”. Mas quem julgou socialmente esse passado: a esquerda ou a direita? Quais são os limites da memória constituída? Qual é a relação entre memória e história? O historiador deve utilizar como única fonte a memória testemunhal para desvendar o passado?

As esquerdas tomaram a palavra diante desse processo de redemocratização para a garantia das liberdades individuais e contra o agravamento das desigualdades sociais. Mas até que ponto a crise econômica gerou o fim do poder conservador na América Latina? Como se sabe, as esquerdas sofreram um duro golpe com o fim dos processos revolucionários bem como da URSS, como elas se refizeram? A democracia contribuiu com a renovação das esquerdas? Contudo, pensem como o processo de redemocratização contribuiu para o exercício da cidadania no cenário latino-americano.



Asociación Madres de La Plaza de Mayo Site: <http://www.madres.org/>

Proyecto Desaparecidos Site: <http://www.desaparecidos.org/>

Memoria Viva Site: <http://www.memoriaviva.com/>

Comissão Nacional da Verdade: <http://www.cnv.gov.br/>

## A nova era da política mundial

### Texto base:

HUNTINGTON, Samuel P. "A Nova Era da Política Mundial". In: *O choque de civilizações e recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p.11-43.

### 1- Ideias gerais do texto

Trataremos do texto do economista norte-americano Samuel Huntington *O choque de civilizações e recomposição da ordem mundial*, publicado no ano de 1996. O livro se refere de maneira polêmica aos conflitos ocorridos no mundo pós Guerra Fria se tornando, desde o seu lançamento, alvo de inúmeras críticas. A tese surgida em meio à difusão da democracia liberal no mundo ocidental foi a de compreender que após a Guerra Fria o conflito entre grupos de civilizações diferentes era a dimensão central da política mundial. Para tanto, ele discute o conceito de civilizações, a questão da civilização universal, o relação entre poder e cultura, o deslocamento de equilíbrio de poder entre civilizações, a militância mulçumana etc. Em 1993, quando escreveu na revista *Foreign Affairs* o primeiro artigo sobre o tema choque de civilizações, afirmou:

Minha hipótese é que a fonte fundamental de conflitos neste mundo novo não será principalmente ideológica ou econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante de conflitos serão culturais.

Os Estados-nações continuarão a ser os atores mais poderosos no cenário mundial, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre países e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As falhas geológicas entre civilizações serão as frentes de combate do futuro. (HUNTINGTON, ...)

Assim, Huntington entendia que, com o fim da Guerra Fria, ou seja, com o fim da disputa ideológica entre capitalistas e comunistas, as ideologias políticas acabariam com os conflitos de ordem política e social, e que os conflitos que surgiriam a partir daí seriam os de ordem religiosa e cultural.

Segundo o escritor, que serviu à Casa Branca, o seu livro pretendeu ser uma interpretação da evolução da política mundial depois da Guerra Fria, tornando-se útil para os formuladores de políticas externas. Apesar disso, foi muito criticada por acadêmicos sua tese de que "os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada nas civilizações é a melhor salvaguarda contra a guerra mundial."

Mas o que isso significa? Quais as implicações políticas de seu pensamento? Qual a sua capacidade de influência? Quais as consequências em pensar que não existem mais conflitos ideológicos, e sim choques culturais?

No capítulo que vamos analisar *A nova era da política mundial*, ele dá alguns sinais para as nossas indagações:



**De acordo com sua lógica, nos anos que se seguiram à Guerra Fria, constatou-se o começo de mudança nas identidades dos povos, nos símbolos dessas identidades e, conseqüentemente, na política mundial. Ficou evidente, para ele, que a identidade cultural, religiosa seria o que havia de mais significativo para a maioria das pessoas. No entanto, para existir essas identidades culturais e religiosas era natural o confronto com o outro, com o diferente, com o inimigo.**

Dessa forma, ele elabora em cinco partes suas percepções sobre o mundo pós-Guerra Fria:



**Parte 1** – Pela primeira vez na história, a política mundial é multipolar e multicivilizacional, e não bipolar como no tempo da Guerra Fria. Diante disso, a modernização econômica e social não está produzindo uma civilização universal, influenciada exclusivamente pelas sociedades tradicionais do mundo ocidental.

**Parte 2** – O Ocidente está perdendo força para o Oriente. Chineses e muçulmanos estão gerando uma situação desestabilizadora na afirmação de suas identidades culturais e religiosas. Logo, há, para ele, uma crise que impede os Estados Unidos de exercerem plenamente a sua soberania.

**Parte 3** – As civilizações cujas identidades culturais são próximas se ajudam e se aproximam. Há Estados mais parecidos que outros. Por exemplo, “os Estados democráticos têm aspectos em comuns com outros Estados democráticos e, por conseguinte, não lutam uns com os outros” (HUNTINGTON, 1997, p.26).

**Parte 4** – As pretensões universalistas do Ocidente o leva a conflitos com outras civilizações.

**Parte 5** – “A sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade Ocidental e de os Ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal...”. Podemos aqui pensar o que significa “reafirmar sua identidade cultural”? O que ele quer dizer ao afirmar que os norte-americanos não são universalistas? Será que falam em valores universais quando estão falando da importância da democracia no mundo moderno?

Huntington considera que foi na Era Moderna que o mundo se tornou conhecido e multipolar. A Guerra Fria bipolarizou o mundo entre capitalistas ricos, liderados pelos Estados Unidos, e comunistas pobres, liderados pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os conflitos entre eles aconteceram no terceiro mundo. Com o fim da Guerra Fria, o mundo voltou a ser multipolar, e as distinções mais importantes não eram mais políticas ou ideológicas, mas sim culturais. A questão das identidades religiosas, sociais, de gênero, de história, de idioma, etc. ganharam evidência a partir dos anos de 1990. Os conflitos étnicos entre os africanos em Ruanda, o radicalismo dos grupos islâmicos fundamentalistas, os movimentos nacionalistas de caráter separatistas, como o ETA, são alguns exemplos.

O escritor chega a citar o ex-secretário de Estado Norte-americano Henry Kissinger, acusado de inúmeras arbitrariedades e injustiças na América Latina, como referência em assuntos sobre política externa norte-americana, e conclui: “Nesse mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque de civilizações” (Huntington, 1997, p.21).

Observem no texto como Huntington concebe o mapa do mundo pós-Guerra Fria, ao definir identidades culturais fixas. O Ocidente é, para ele, os Estados Unidos e a Europa; já a América Latina, o budista, o hindu, o mundo islâmico, etc. são os “não ocidentais”. Com efeito, as identidades culturais, étnicas e religiosas são fixas, localizáveis no mapa-múndi, na medida em que compreende que “a cultura é, ao mesmo tempo, uma força unificadora e decisiva.”

Nessa lógica, os países que têm afinidades culturais cooperam entre si; quem não tem vive em conflito. Ou seja, os Estados Unidos e a Europa devem cooperar porque, além de serem frutos da mesma cultura, têm interesses em comuns. Huntington salienta que o poder do Ocidente está declinando em confronto com a política e a cultura de civilizações “não ocidentais”. Para ele, é preciso reagir, porque, após a Guerra Fria, o mundo se tornou multipolar.

Pode parecer um argumento simplista, mas ele se defende ao afirmar que simplificar a realidade para explicá-la é fundamental para evitar a confusão. Isso, na sua percepção, não invalida a realidade, pois não se pode explicar todos os fatos com os quais se defronta. A simplificação de modelos é mais eficaz do que o contrário, pois permite ordenar a realidade e sobre ela tecer relações, compreender as relações causais entre os fenômenos, antecipar e, se tivermos sorte, prever desdobramentos futuros, distinguir entre o que é importante e o que não é, e



ver os caminhos que devemos tomar para atingir nossos objetivos. Por isso, conclui: “precisamos de um mapa que, ao mesmo tempo, reproduza a realidade e a simplifique de tal modo que melhor atenda aos nossos propósitos.” (HUNTINGTON, 1997, p.21).

Como se sabe, o economista neoconservador Francis Fukuyama declarou de maneira equivocada, segundo Huntington, o fim da história ideológica e a universalização da democracia liberal como forma final de governo humano, em que tudo seria definido em termos econômicos e técnicos. Ele era parte de uma onda de otimismo em torno da paz após a Guerra Fria. Como lembra o economista:

“A expectativa de harmonia era largamente partilhada. Líderes políticos e intelectuais elaboraram opiniões similares. O Muro de Berlim tinha caído, os regimes comunistas tinham desmoronado, as Nações Unidas iriam assumir uma nova importância, os antigos rivais da guerra fria se engajariam em “parceria”, e numa “grande negociação”, a ordem do dia seria a manutenção da paz e a imposição da paz. O presidente do país líder mundial proclamou a “nova ordem mundial”, o decano da que talvez possa se chamar a universidade mais importante do mundo vetou a nomeação de um professor de estudos de segurança porque sua necessidade havia desaparecido: “Aleluia! Não estudamos mais a guerra, porque a guerra não existe mais” (HUNTINGTON, 1997, p.02).

Isso, para Huntington, foi uma ilusão, porque o mundo não ficou mais pacífico, a multiplicação dos conflitos étnicos e o aumento de genocídios são indícios de que o fim da guerra está longe. Quando se divide o mundo entre certos e errados, bárbaros e civilizados, ricos e pobres, leste e oeste, é um indicio de que, de fato, esses conflitos estão longe de terminar. Os Estados, assim, se protegem como podem, por meio do exército ou da diplomacia.



**A preocupação de Huntington foi salientar a perda de soberania e poder dos Estados Unidos e a necessidade de ele se proteger por meio de alianças com países do mundo Ocidental, pois estavam surgindo no cenário político Estados fracassados promovendo o puro caos. A quebra da autoridade governamental, o esfacelamento de Estados, o crescimento de máfias, a intensificação de conflitos tribais, o aumento das migrações, massacres étnicos é parte da realidade caótica que se observa após a Guerra Fria, mas há uma realidade da ordem desenvolvida para se elaborar as diretrizes governamentais.**

Essa realidade de ordem é a forma como se imagina o mundo, ou seja, por meio do choque de civilizações. Esse é o seu enfoque que dá a ideia de que a integração entre culturas próximas é necessária, na medida em que o mundo está dividido entre Ocidente e “não-Ocidente”, num choque de civilizações que aproximam as culturas irmãs e afastam as inimigas. A solução seria apenas conhecer bem as culturas inimigas para melhor se defender. A civilização islâmica, por exemplo, é uma com intenções de expansão e pretensões universalistas e, por isso, se encontraria constantemente em confronto e disputa.

Diante disso, foi possível analisar a teoria proposta por Huntington sobre o “choque de civilizações” e imaginar as críticas que ela sofreu, apesar de ter tido boa aceitação, naquele tempo, entre os formuladores da política externa norte-americana. Mais adiante, vamos analisar uma das críticas mais contundentes à sua postura, formulada pelo intelectual palestino Edward Said.

# Dinâmicas do mundo globalizado

## Texto-base:

SAID, Edward W. "O choque de definições". In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.316-336.

### 1- Ideias gerais do texto

Tomamos como base o capítulo O choque de definições, presente no livro *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, publicado, originalmente em 1999, nos Estados Unidos, e escrito pelo crítico literário palestino de esquerda Edward Said. Nosso intuito é analisarmos as críticas feitas a Samuel Huntington pelo seu artigo *O choque de civilizações* (publicado em 1993 pela revista *Foreign Affairs*), em relação à nova fase da política mundial, após a Guerra Fria.

Said inicia o seu texto lembrando que Huntington defendeu a tese de que a nova política mundial a partir dos anos de 1990 seria dominada por choques entre culturas divergentes, principalmente entre civilizações como a islâmica e a ocidental. Além disso, lembra que o argumento do economista norte-americano só gerou impacto no momento de sua publicação e teve como público-alvo formadores de opinião, políticos e dirigentes de Washington que assinavam a principal revista de política externa norte-americana, *Foreign Affairs*, e levavam muito a sério o seu texto.

Com efeito, o escritor palestino acredita que o trabalho de Huntington é "uma versão reciclada da tese da Guerra Fria" em que o mundo continua a gerar em torno do Ocidente, ou melhor, dos Estados Unidos. O seu chauvinismo é tão inquietante, segundo Said, que revela o desejo de expandir a Guerra Fria por outros meios, pois não apresenta dúvida ou ceticismo ao expor os seus argumentos. O texto de Huntington é, nessa perspectiva, um manual curto e grosseiro feito para "manter uma situação de tempo de guerra nas mentes dos americanos".



**Tanto o Ocidente como o Oriente constroem categorias monolíticas que supostamente expressam hostilidade entre eles. O economista norte-americano Samuel Huntington contribui nessa direção, de acordo com o escritor palestino, ao construir uma análise enganosa no que diz e na maneira como diz sobre o mundo contemporâneo, pois sabemos que as culturas mudam e podem ser mais bem captadas.**

Ao citar jornalistas polêmicos como fonte para sustentar os seus argumentos, tal como Bernar Lewis - ele muito fomentou o ódio entre judeu-cristãos e islâmicos ao tratar de questões sérias por meio de categorias imprecisas como "irracionais" -, o autor coloca em evidência a sua análise problemática sobre o tema.

Diante disso, para Said, Huntington é um "polemista, cuja retórica não apenas é altamente dependente de argumentos anteriores sobre a guerra de todos contra todos, como, na verdade, os perpetua" (SAID, 2003, p.321). Por exemplo, a ideia de que o Islã não se modernizou, nunca separou a Igreja do Estado e foi incapaz de compreender as outras civilizações é compartilhada por Huntington,



que acrescenta em sua lista de preconceitos outras cinco civilizações desafiadoras como a hindu, a japonesa, a eslava-ortodoxa, a latino-americana e a africana. Logo, fica claro, segundo Said, que Huntington não deseja resolver o problema, mas sim administrá-lo a favor dos Estados Unidos.

Será essa a maneira de compreender melhor o mundo em que vivemos? Será que Huntington não quer é agravar o conflito ao invés de resolvê-lo? Com esses questionamentos e por meio de diversos exemplos, Said nos faz observar que rotular religiões, etnias, raças e ideologias é tão ou mais terrível do que aquilo que faziam os teóricos racistas do século XIX, como Gobineau e Renan. Essa necessidade advém de épocas de instabilidade, nas quais é preciso controlar e vencer o outro com um discurso calcado no autoengrandecimento, no poder, na conquista, no tesouro e no orgulho sem limites.

Segundo Said, a especificidade cultural marcha em duas direções: uma utópica, que insiste na integração de todos os povos (por exemplo, Organizações das Nações Unidas), e outra que acredita que as especificidades são tantas que o conflito é inevitável (Guerra Fria e o Choque de Civilizações). Desse modo, construir uma estrutura conceitual em torno da noção de nós-versus-eles é, para Said, pretender que a consideração principal, epistemológica e natural, seja beligerante, construída e situacional.

**Vale lembrar que Huntington escreveu esse livro no momento em que os cânones estavam sendo revistos, era um mundo em transformação cuja emergência de novas nações, de novos debates e de novos conflitos eram visíveis nos meios de comunicação. Assim, a cultura oficial de cada nação, seja ela formada por sacerdotes, acadêmicos ou Estado, fornece definições de patriotismo, lealdade, fronteiras e noções de pertencimento.**

**Mas há cultura marginal formada por outsiders, como imigrantes, pobres, trabalhadores, artistas, etc., que reestrutura a noção de cultura ao associá-la a algo mutável, em constante transformação. Veja a visão dos próprios norte-americanos em relação à história dos índios e dos negros como sujeitos formadores da nação: eles nos dão a clara noção de que os povos “inferiores” reagem às intervenções das culturas “superiores” dentro da mesma nação.**

Said chama nossa atenção ao afirmar que o mundo islâmico também passa por transformações que a gritaria histórica sobre a ameaça do Islã e do terrorismo, difundida pela mídia ocidental, não deixam ver. O Irã, por exemplo, “se tornou alvo de um ataque politicamente oportunista dos Estados Unidos – está às voltas com um debate acirrado sobre justiça, liberdade, responsabilidade pessoal e tradição, que não é coberta por repórteres ocidentais” (SAID, 2003, p.327).

Como Huntington não se dá conta de que uma civilização jamais toma como um axioma inquestionável todos os membros daquela civilização? Há uma disputa constante sobre a identidade nacional dentro das próprias nações.

A renovação dos estudos culturais é uma importante ferramenta para lidarmos com essas questões porque compreende que a identidade envolve fantasia, manipulação, invenção e construção. Ou seja, não existe identidade fixa, imutável, essencialista. Nesse caso, as interpretações dos intelectuais sobre a realidade não são realidade, e sim estratégias retóricas e discursivas. Said utiliza Hyden White e Foucault para desconstruir a noção de que existam não verdades, mas sim linguagens utilizadas.

No caso de Huntington o seu discurso é munido de uma linguagem figurativa com expressões como “fronteiras sangrentas” que cria o choque das civilizações, conflitos interculturais. A música e a literatura são exemplos emblemáticos de que as culturas sempre se mesclaram e é fundamental considerarmos isso, segundo Said, se não vamos acabar batendo no tambor estridente da defesa da nossa cultura contra as demais (SAID, 2003, p.330).



Assim como as culturas são mutáveis e intercambiáveis, a tradição é construída para legitimar o poder político, econômico e social. A análise feita durante muito tempo sobre a Grécia Clássica, por exemplo, dá indícios sobre os usos que dela fizeram diversas culturas para legitimarem a sua superioridade frente às demais.

A Grécia Clássica foi o resultado de mesclas entre o mundo oriental, africano e europeu. Logo, o mais perturbador nos autores que defendem o choque de civilizações é que eles estão muito distantes dos historiadores e dos analistas da cultura.

Como sustentou Said nos seus livros, “o que é definido atualmente como ‘islã’, tanto na Europa como nos Estados Unidos, pertence ao discurso do orientalismo, uma construção fabricada para fomentar a hostilidade e antipatia contra uma parte do mundo que por acaso tem importância estratégica devido ao petróleo, sua proximidade ameaçadora do mundo cristão e sua formidável história de rivalidade com o Ocidente” (SAID, 2003, p.333).

A fraqueza do argumento de Huntington é a separação rígida entre civilizações, pois o mundo hoje é feito de migrações, cruzamentos de fronteiras, misturas que permeiam a globalização capital.

O problema de reafirmar a tese do choque de civilizações é aumentar os conflitos destrutivos, por meio de chauvinismo rasteiro, ao invés de propor a integração e a tolerância no mundo cambiante e desigual. Nos anos 1990, estavam claros os enormes desafios diante da pauperização da maioria da população mundial; da emergência de um sentimento religioso, étnico, nacional e local virulento, como ocorreu na Bósnia, Ruanda e Líbano; do declínio da alfabetização e do início de um novo tipo de analfabetismo, baseado em modos eletrônicos de comunicação, na televisão e na nova estrada da informação global; da fragmentação e da ameaça de emancipação das grandes narrativas de emancipação e iluminação. Diante disso, era preciso que florescesse a tolerância, a simpatia e a esperança entre as pessoas na construção de uma globalização benigna (SAID, 2003, p.336).

Em uma conversa com o historiador britânico Raymond Williams, no livro “Política do Modernismo”, Said afirma a sua posição como intelectual em prol da tolerância, não da beligerância, como fez Huntington.

“Eu sinto, de modo bastante forte e programático, que o que interessa é a crítica secular. Não estou nenhum pouco interessado na explicação de ideias do divino e do sagrado, salvo se forem fatos seculares e experiências históricas. E há uma razão específica para a minha atitude, uma vez que acredito, em qualquer situação – talvez seja isso excessivo, mas não creio que seja completamente irracional -, que a quantidade de fogo, em oposição à luz, gerado pelas práticas religiosas tem, pelo menos em minha experiência, produzido muitas coisas que eu desejaria que nunca tivesse acontecido, para falar da maneira mais gentil que consigo” (SAID, 2003, p.219).



## 2. O tema em questão no livro didático

### Os EUA e o mundo pós-guerra fria

Terminada a Guerra Fria, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia econômica no planeta, tornando-se a única superpotência no globo. A cristalização de sua supremacia ainda contou com o apoio do processo de globalização, desenvolvimento das comunicações, computação e aumento da circulação de capitais.

Após os anos Reagan e Bush, em que os Estados Unidos sofreram consideráveis perdas para o Japão no mercado mundial, o democrata Bill Clinton guiou o país numa farta onda de prosperidade. Durante seus dois mandatos, o desemprego caiu, a taxa de produtividade atingiu picos altos, a inflação não caminhou. Na política externa, Clinton optou por reger acordos conciliatórios entre nações antagônicas, promover o comércio de seu país e evitar rusgas desnecessárias. Se Clinton esteve próximo do impeachment (por motivo de ordem conjugal), sua popularidade atingiu incríveis 72% de aprovação. O Japão deixou de ameaçar e a economia estadunidense pode consolidar-se como imbatível.

Para muitos analistas, configurava-se um mundo unipolar, dominado unicamente pelos EUA.

Tentando barrar a hegemonia norte-americana no mundo pós-Guerra Fria e sonhando em rivalizar economicamente com a economia estadunidense e com a crescente China, as potências europeias incentivaram e consolidaram o processo de unificação econômica do Velo Mundo criando a chamada União Europeia.

FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. *Nova História Integrada*, Curitiba: Modulo Editora, 2010, vol. 3, p.416.

## 3- Perguntas relacionadas aos textos propostos e ao livro didático

A interpretação do historiador José Geraldo Vinci de Moraes é mais próxima à de Said ou à de Huntington? O livro didático enfatiza que a globalização fez surgir outras potências mundiais ou não? A hegemonia norte-americana foi abalada após a Guerra Fria? Qual a diferença entre a Guerra Fria e o mundo pós-Guerra Fria? Como avaliar, na perspectiva de Said, o olhar do mundo ocidental para o Oriente? A política externa norte-americana é ainda intransigente no que concerne à América Latina? Por fim, como o livro didático avalia o período recente da história contemporânea: como um “choque de civilizações” ou como um processo de globalização que integra e tolera as diferenças sociais?



**CASTAÑEDA, Jorge. *La utopia desarmada*. México, Joaquín Mortiz, 1993.**

**CHOMSKY, Noam. *Rumo a uma nova guerra fria – política externa dos EUA, do Vietnã a Reagan*. Rio de Janeiro, Record, 2007.**

**COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina – Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo, Xamã, 2003.**

**GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.**

**TARIQ, Ali, *Imperialismo e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.**

# Os movimentos sociais contra a nova ordem global

## Texto-base:

CASTELLS, Manuel. "A outra face da terra: movimentos sociais contra a nova ordem global". In: *O poder da identidade – a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz & Terra, 1999, p. 93-108.

## 1-Ideias gerais do texto

O texto proposto, do sociólogo espanhol Manuel Castells, é sobre os movimentos sociais contra a nova ordem global, ou seja, contra a ordem neoliberal. O livro, publicado no auge dos movimentos sociais dos anos de 1990, é uma importante contribuição para compreendermos as transformações políticas e sociais ocorridas nesse período, com o fim da Guerra Fria.



**Para o sociólogo, especializado em comunicação moderna, a globalização e o desenvolvimento tecnológico estão transformando o mundo e, ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios. Somado a isso, o Estado provedor se desintegrou e abriu mão de muitas funções sociais na América Latina, levando também com ele, ao final do século XX, os mecanismos de controle social e representação política.**

Como isso foi possível? Como o Estado moderno na América Latina deixou de ser o único grande detentor da cultura nacional? Em que medida o poder econômico e o avanço da tecnologia limitaram as experiências coletivas?

É preciso lembrar que, nos anos de 1990, a onda de desemprego, o desmantelamento dos sindicatos, a crise da política representativa, a predominância da política simbólica no espaço da mídia e o acirramento das políticas liberais limitaram o papel do Estado na sociedade. Elas geraram ainda uma reação de questionamento, entre diversos movimentos sociais, sejam eles de gênero, cultura, etnia ou mesmo ecologia, à nova ordem global, vivida sob o signo da desordem. Diante disso, o autor analisa diversos movimentos sociais desse período, entre eles os zapatistas, em Chiapas.

Antes de tudo, Castells chama a atenção para a definição do que são os movimentos sociais, ou seja, os movimentos sociais são a ideia daquilo que eles mesmos dizem ser. Mais adiante, ele afirma a necessidade de os compreendermos por meio de seus próprios contextos, sem os definir como bons e maus, certos ou errados. Todos eles, segundo analisa, "são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas" (CASTELLS, 1999, p.99).

Pensar sobre qual é a identidade do movimento, como ele se autodefine, o adversário que possui, contra quem luta, qual é o seu ambiente social e de onde ele se organiza para agir são elementos metodológicos fundamentais. Os movimentos que o autor propõe analisar tem em comum a oposição declarada à globalização, geradora de impactos significativos em suas respectivas sociedades. Nesse caso, vamos analisar sua visão sobre o Movimento Zapatista de Libertação Nacional (ZLN).

No dia 1º de janeiro de 1994 - data que marcou o início da vigência do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México (Nafta) -, cerca de três mil integrantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional assumiram



no México o controle da selva Lacandona, em Chiapas, cujo líder era e é o Subcomandante Marcos, intelectual de origem urbana que passava publicamente a representar os anseios da população indígena. O exército mexicano reagiu, mas junto com ele, a população e a comunidade internacional se manifestaram ao se sensibilizarem com a causa das mazelas indígenas. Eles chegaram, inclusive, a pressionar o presidente mexicano do período, Salinas de Gortari, a negociar. O resultado foi, de imediato, a libertação de muitos dos prisioneiros desse movimento e a possibilidade deles darem continuidade às suas manifestações sociais.

Vale evidenciar que os zapatistas são indígenas de diversas etnias que viviam na Selva Lacandona. Eles foram expulsos de suas terras originais e estavam sendo ameaçados pela iniciativa privada, que desejava explorar a floresta e minar com a possibilidade de competitividade dos fazendeiros locais, por meio do apoio dado em decreto pelo presidente neoliberal Salinas de Gortari. Ou seja, o destino das terras comunais indígenas, garantido pelo artigo 27 da Constituição Mexicana, de 1917, estava, naquele momento, sendo profundamente ameaçado. Os camponeses já haviam se manifestado antes mesmo de 1994, mas ninguém os escutou. No dia 1º de janeiro de 1994, o basta a essa situação foi dado por eles mesmos, com o apoio dos teólogos da libertação, como o padre Samuel Ruiz, que, desde os anos de 1970, entrava em conflito com os fazendeiros, em prol dos índios.

A história do subcomandante Marcos é cercada de mistérios, mas sabe-se que ele aderiu ao movimento indígena nos anos de 1980, após ter se formado em sociologia, nas universidades da Cidade do México e Paris. Com efeito, era um intelectual de vasta cultura, influenciado pelo marxismo e pelas teorias pós-modernas. Falava diversos idiomas, redigia muito bem e se tornou o grande porta-voz da causa indígena no México.



**“Mas quais foram as reivindicações, objetivos e valores dos rebeldes zapatistas?” - pergunta o autor. Em seguida, ele responde que a luta dos zapatistas foi direcionada à luta contra o neoliberalismo (encarnado no NAFTA), que não conseguia atender às demandas indígenas surgidas em meio ao acelerado processo de modernização. Isso porque acabavam por marginalizar os índios diante da “inevitável” onda global e do latente imperialismo norte-americano.**

Os zapatistas procuraram, assim, sensibilizar a opinião pública em defesa da democracia, contra o partido hegemônico no poder (PRI = Partido Revolucionário Institucional) e a favor do respeito às identidades indígenas. Para tanto, utilizaram uma estratégia de comunicação até então inusitada, a internet, se tornando o primeiro movimento guerrilheiro informatizado, capaz, com isso, de sensibilizar a opinião pública mundial e evitar o seu próprio extermínio.

O uso da mídia veio acompanhado de uma apresentação marcante dos guerrilheiros e de uma habilidade acima da média do subcomandante Marcos em comunicar ao mundo os seus anseios em prol da democratização do sistema político e dos direitos dos indígenas. Tal fato forçou o governo a negociar, transformando-se no pesadelo dos defensores da ordem neoliberal.

O poder alcançado pelos zapatistas foi em uma proporção tão expressiva, que foram capazes de influenciar nas eleições e ganhar o apoio da base popular, de partidos de esquerda, dos intelectuais, de parte da mídia e da comunidade internacional. Conquistaram, em 1996, o reconhecimento internacional dos direitos indígenas. Eles cogitaram ainda a possibilidade de se tornarem um partido oficial, mas logo aboliram essa possibilidade, buscando ser um movimento de oposição, paralelo ao sistema político mexicano.

Segundo Castells, “a afirmação da identidade cultural indígena, ainda que de forma reconstruída, esteve vinculada à sua revolta contra os abusos vergonhosos”.



E acrescenta: “a nova ordem global provoca múltiplas desordens locais, causadas pelas fontes de resistência historicamente enraizadas à lógica dos fluxos globais de capital” (CASTELLS, 1999, p.108).

Desse modo, pensar sobre o movimento zapatista assim como em outros movimentos sociais na América Latina, nos inícios dos anos de 1990, é pensar sobre o papel do Estado, o avanço da globalização, os dilemas da modernização e os conflitos permanentes entre a modernidade e tradição no mundo contemporâneo.

### 1- O tema em questão no livro didático

#### Estudo de caso – o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Desde a morte de Emiliano Zapata, em 1919, difundiu-se o mito de que um dia o grande líder da Revolução Mexicana retornaria como libertador do país. De certa forma, no sul do paupérrimo estado mexicano de Chiapas, o mito tornou-se uma realidade. Em 1994, no dia em que o México passou a integrar o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que envolve EUA, Canadá, e México), um grupo de cerca de mil camponeses pegou em armas e formou o Exército de Libertação Nacional (EZLN). Braço armado da Frente de Libertação Nacional, o EZLN tomou de assalto seis cidades da região. O governo viu-se incapaz de combater o movimento diante do apoio popular obtido aos manifestos e às ações da guerrilha.

Vinculando marxismo, indigenismo e religião, o EZLN proclamou-se herdeiro dos ideais zapatistas e passou a criticar duramente a globalização, o neoliberalismo e o racismo contra os indígenas.

Seu líder, o misterioso subcomandante Marcos, vem de família burguesa e é formado em filosofia e Letras pela UNAM (Universidade Autônoma do México). Marcos exerce fascínio entre seus seguidores e tem tudo para tornar-se mais uma lenda latino-americana, como Che Guevara e o próprio Zapata.

Figura controversa, o subcomandante é considerado por alguns analistas como o responsável pela tomada de consciência sobre o problema indígena e, por outros, um fanático que se perdeu sob um mito. Diante de acordos com o governo mexicano, o movimento perdeu força nos anos 2000.”

In: FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. Nova História Integrada, Curitiba: Módulo Editora, 2010, vol. 3, p.356-357.

### 2- Perguntas relacionadas ao texto proposto e ao livro didático

Como compreender os significados mais amplos do movimento zapatista estudando apenas o livro didático? Em que medida Manuel Castells apresenta esse movimento social como parte de um contexto global? Pode-se dizer, ainda hoje, que a causa indígena encontrou um reconhecimento satisfatório na América Latina? Pensar que o subcomandante Marcos é uma figura mítica e controversa diz o que sobre ele?

Fica claro aqui que se trata de um tema polêmico, carregado de atualidade. Desse modo, vale indicar a vocês alguns dos sites em que é possível encontrar a voz do movimento, bem como alguns de seus críticos para que formem uma opinião crítica sobre esse assunto.



Ver o site do Movimento Zapatista de libertação Nacional: <http://palabra.ezln.org.mx/>

Ver Subcomandante Marcos no youtube: [WWW.tal.tv](http://WWW.tal.tv)

Ver o tema na Televisão da América Latina - [www.tal.tv](http://www.tal.tv)

KRAUZE, Enrique. *Os redentores: ideia e poder na América Latina*. São Paulo: Benvira, 2011.

# A globalização na América Latina

## Texto-base:

GARCIA CANCLINI, Nestór. *“Mercado e interculturalidade: A América Latina entre a Europa e os Estados Unidos”*. In: *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 69-98.

## 1 - Ideias gerais do texto

Vamos refletir sobre o processo de globalização por meio do texto *Mercado e Interculturalidade: A América Latina entre a Europa e os Estados Unidos*, presente no livro *A globalização imaginada*, do antropólogo argentino Nestór García Canclini. Nesta obra, publicada no Brasil, em 2003, o autor procura novas formas de abordar a globalização, quando compara os modos como interagem a cidadania, as finanças, as artes visuais, as editoras, a música e o cinema no mundo contemporâneo.

Somado a isso, enfatiza a ideia de que todos imaginam a globalização, mas são apenas poucos que, de fato, a vivenciam, pois não são todas as regiões do mundo que, ao se globalizarem, produzem bons resultados. Como afirma, “os movimentos globalizadores adquirem diferentes formatos nas várias integrações regionais, e estas por vezes funcionam como defesa, por vezes como filtro, dos intercâmbios globais” (GARCIA CANCLINI, 2003, p.69).



**Pensar na globalização implica em evidenciar as contradições e as desigualdades que gera. Muitos países entram nesse processo e se tornam dependentes, econômica e culturalmente, de outros, criando uma disparidade ainda maior entre as elites e os cidadãos.**

Como o global é vivido em cada cultura? Como organizar a sociedade? Como se proteger dos danos desse processo? Como se integrar nesse mundo? Como diminuir as disparidades sociais? Essas são algumas das indagações colocadas pelo autor.

No capítulo escolhido, *Mercado e Interculturalidade: A América Latina entre a Europa e os Estados Unidos*, fica clara a ideia de que o modo de integração e concorrência econômica entre América Latina, Europa e Estados Unidos é também uma disputa pelo modo de narrar as convergências e os conflitos (GARCIA CANCLINI, 2003, p.73). Como entender essas narrativas que condicionam as práticas, facilitam ou dificultam as alianças? Nessa direção, ele trabalha com quatro núcleos de interação: o sentido sociocultural das migrações, as concepções do mercado e da interculturalidade, as identidades na globalização e as políticas culturais.

Canclini propõe diferenciar as imigrações em massa no século XIX em direção à América, ocorridas entre 1840 a 1930, das imigrações do final do século XX e início do XXI. A primeira era definitiva, mobilizada pela busca de pão e paz e concentrou a maior parte dos imigrantes nos Estados Unidos (72%). Já a segunda é considerada tanto definitiva, convulsionada por conflitos e reconfigurações locais, como temporária, pois, atualmente, os vistos são provisórios e as políticas de naturalização de cidadanias são restritas. É mais simples hoje investir em um país estrangeiro do que morar nele, afirma o autor. A globalização é, assim, atualmente, mais facilmente imaginada para os mercados do que para os seres humanos.



Passamos da modernidade ilustrada para a modernidade neoliberal, uma vez que se busca mais conquistar consumidores do que desenvolver a cidadania. Vivemos em um mundo cuja cultura é vista como um conjunto de processos de produção, circulação e consumo das significações da vida social.

Imaginar a cultura como identidade local e a globalização como algo oposto não é possível, pois a identidade é imaginada e de difícil definição. Por exemplo, a identidade latino-americana encontra narrativas contraditórias e conflituosas, por vezes, pouco democráticas:

A concorrência e a discriminação no mercado prevalecem sobre a universalidade de direitos políticos e culturais. Portanto, por mais que nos dias que correm se fale muito mais de integração entre os países latino-americanos e europeus e se realizem acordos mais concretos que em qualquer época anterior, a abertura aos outros, a construção de uma interculturalidade democrática, está mais subordinada ao mercado do que em qualquer época precedente (GARCIA CANCLINI, 2003, p.76).

Desse modo, é preciso fazer uma distinção dos discursos que hoje existem sobre a cultura e sobre a identidade. O caso da identidade latino-americana é emblemático para pensarmos como ela é imaginada a partir de diversas narrativas, contraditórias entre si e dificilmente sustentáveis quando contrastadas com dados empíricos. Vamos a eles:

**a) O binarismo maniqueísta**

Este não se sustenta em uma análise mais apurada sobre a história da conquista da América, pois se sabe que nem os europeus eram tão ruins e nem os índios tão bons. Além do mais, sempre houve, desde a conquista, europeus defensores dos índios e indígenas sensíveis aos valores europeus. Com efeito, é preciso levar em consideração a hibridação cultural e a complexidade estrutural da formação moderna na América Latina, pois os maniqueísmos não explicam mais a história e acabam por acirrar preconceitos de cunho racial.

**b) O encontro intercultural** na América também não pode se resumir a uma interpretação amena da realidade histórica, pois a conquista do continente foi feita de embates, conflitos e impasses que nos levam a perceber que as relações entre América e Europa são suspeitas, ambas as partes se seduzem por interesses convergentes e divergentes.

**c) O fascínio entre Europa e América** é baseado em mal-entendidos, prolonga até hoje o papel equívoco dos imaginários nos intercâmbios econômicos e sociais (GARCIA CANCLINI, 2003, p.85). Por exemplo, os europeus sempre viram na América aquilo que não foi possível na Europa; quando caíram na real, a demonizaram. Já os latino-americanos continuam vendo a Europa como fonte de racionalidade e ideal de civilização. Mas, em seguida, salienta Canclini que o mundo

não é apenas esse teatro de informações desencontradas, que de vez em quando entram em sinergia; é também um espaço organizado por estruturas transnacionais de poder e comunicação, por indústrias culturais e acordos econômicos, jurídicos, ainda precários, embora cognoscíveis e possíveis de intervenções políticas em vários sentidos (GARCIA CANCLINI, 2003, p.86).



**d) As identidades incomensuráveis:** Quando analisamos as identidades norte-americanas e latino-americanas, podemos observar que as identidades não são únicas, nem fixas e nem definíveis; são, sim, incomensuráveis. A literatura, o cinema e as migrações sinalizam a ideia de que os Estados Unidos são plurais, bem como a América Latina. Eles não foram formados apenas por brancos protestantes honestos, assim como não somos formados apenas por ibéricos e indígenas. Africanos, asiáticos, latinos e americanos convivem, se mesclam continuamente.

**e) Americanização dos latinos, latinização dos Estados Unidos:** A americanização da cultura latina, esse *american way of life*, mudou a percepção dos latinos sobre a realidade, assim como nos Estados Unidos os imigrantes latinos transformaram a cultura e contribuíram com a economia do país. No entanto, esses intercâmbios não são democráticos, há injustiças sociais, preconceitos, acirramentos fronteiriços e informações distorcidas pela mídia.

**f) A boa vizinhança sob a tutela norte-americana:** As narrativas de autoafirmação identitária dos Estados Unidos costumam a entender a complexidade de interações transculturais e a multiplicidade de pontos de vista em que atualmente se constitui o mundo, pois, ainda hoje, os EUA se compreendem como um país invulnerável, protetor e detentor de valores universais (GARCIA CANCLINI, 2003, p.93.). Logo, é perceptível como há manipulação das identidades nos processos sociais.



**Com efeito, a compreensão desse espaço cultural latino-americano e os circuitos transnacionais ligados à globalização geram um desafio para os pesquisadores, que se perguntam sobre as mudanças efetivas dos últimos tempos e como abordá-las diante da fluidez do mercado e da imprecisão identitária.**

Para ele, uma interpretação válida é estabelecermos interconexões entre os processos econômicos e os estados nacionais existentes. E conclui,

“é possível conceber um espaço comum latino-americano, mas não predeterminado etnicamente nem isolado da história compartilhada com os europeus há cinco séculos, que instituiu vínculos que se estendem até hoje, nem da história convergente ou conflitante com os Estados Unidos. É necessário para entender o presente e o futuro dos acordos de comércio e de integração entre países latino-americanos, e destes com a Europa e os Estados Unidos, pensar o espaço comum dos latino-americanos também como um espaço interamericano” (GARCIA CANCLINI, 2003, p.96).

Espero que tenham conseguido perceber, em parte, as contradições e complexidades desse processo global por meio da leitura de Canclini.

## 2-O tema em questão no livro didático

### A Globalização e a sociedade de consumo

“(…)

A globalização em rede repercutia de forma decisiva nas concepções de tempo, espaço e pertencimento das pessoas. Cada vez mais temos a nítida sensação de que as distâncias encurtaram e o tempo acelerou-se. No entanto, como já estudamos anteriormente, tais sensações não ocorrem apenas na contemporaneidade: há centenas de anos, particularmente desde o período de Ex



pansão Marítima e com muita força a partir do advento da Revolução Industrial os homens sentiram alterações nas noções de tempo e espaço semelhantes às que ocorrem no mundo atual. É provável, no entanto, que hoje ocorra uma intensificação dessas sensações. O intelectual argentino Néstor García Canclini aponta para a emergência de novos processos de aproximação e afastamento – sentimo-nos mais distanciados de nossos vizinhos e, muitas vezes, mais irmanados de pessoas que sequer conhecemos, mas com as quais estabelecemos relações de troca e dependência.

O mundo cada vez mais globalizado trouxe também uma aceleração das trocas mundiais em todos os níveis, seja nas transações comerciais, no fluxo de capitais e pessoas. Reflexo direto desse mundo veloz, informatizado e, cada vez mais dinâmico, é a própria maneira como as pessoas sentem, relacionam-se e interagem tem sido alvo de transformações radicais. (...)"

In: FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. Nova História Integrada, Vol.3. Curitiba: Editora Módulo, 2010, p.430.

### 3 - Perguntas relacionadas ao texto proposto e ao livro didático

Em que medida o livro didático acrescenta ao texto e em que medida o texto acrescenta ao livro didático? O trecho acima consegue dimensionar essas transformações radicais do processo de globalização? Quais os elementos que o texto aponta que evidenciam os desencontros, as injustiças e as desigualdades do mundo global? Será que estamos no mundo global acompanhados de uma vivência cotidiana provinciana? O que significa de fato, segundo Canclini, a globalização e suas consequências? Explique o que significa globalização imaginada?